

**A EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR: A
PRODUÇÃO DA CIDADE A PARTIR DO CAMPO**

Walter Junior Ferrari

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, com vistas à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa^a. Dra. Flaviana Gasparoti
Nunes

**Dourados - MS
2009**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

307.76098162 F375e	Ferrari, Walter Junior. A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR: a produção da cidade a partir do campo. / Walter Junior Ferrari. – Dourados, MS: UFGD, 2009. 180f. Orientadora: Profª. Drª. Flaviana Gasparoti Nunes Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Território e territorialidade urbana. 2. Espaço urbano. 3. Marechal Candido Rondon – PR (Cidade) – Geografia urbana. I. Título.
-----------------------	--

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais (Valdemar Michelin Ferrari e Aparecida Conceição Ferrari), minha esposa (Márcia Aparecida N. Ferrari), a meus três filhos (Dyno Saner Ferrari, Evelyn Cristina Ferrari e Fernando Neves Ferrari) e ao tio, José Carlos Ferrari (In Memória, pessoa pela qual tenho muita admiração e não teve tempo de assistir a minha formatura), e a todos os que, de alguma forma, tornaram possível esta construção.

Agradecimentos

Depois de quase vinte anos fora do ambiente escolar retomei os estudos ingressando no curso de Geografia da UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, uma retomada difícil, tanto pelo tempo fora como pelas mudanças que o sistema educacional havia passado, no entanto, a primeira etapa foi transposta – a graduação – depois de quatro anos.

A idéia de ingressar no Mestrado iniciou-se com a elaboração da Monografia de Graduação que com pouco de esforço tornou-se possível. Durante esta minha caminhada acadêmica, foram inúmeras as pessoas que, de alguma maneira, ajudaram-me a trilhar rumo ao conhecimento (descoberta) das coisas, sendo que, antes de tudo, agradeço a Deus por tudo, por ter posto essas pessoas que foram muito importantes nesta etapa da minha vida.

Inicialmente, destaco que esta simples contribuição somente foi possível graças aos meus pais, Valdemar e Aparecida, com quem aprendi os valores da vida e que tenho como referência fundamental. Também as minhas irmãs Maria Cristina e Tania Regina, as quais me proporcionaram a atenção necessária e sempre me estimularam a “correr atrás dos meus sonhos”.

A minha esposa, Marcia, pelo apoio incondicional nos diferentes momentos da pesquisa, pela compreensão nas ausências, motivações, sonhos.

A meus filhos e netos que sentiram minha ausência durante este tempo dedicado à graduação e também à pós-graduação.

Chamo atenção para todos os professores que tive e me ensinaram o sentido das coisas e que conseguiram me instigar o bastante para prosseguir os estudos nas horas que parecia ser preciso desistir, buscar superar desafios e entender as mudanças da vida.

Agradeço a minha orientadora Professora Dr^a. Flaviana Gasparoti Nunes, pela paciência e insistência na qualidade do trabalho a ser apresentado.

Destaco a figura do Professor e amigo João E. Fabrini, que, desde meu primeiro ano de Graduação em Geografia, me incentivou e possibilitou chegar até aqui.

Agradeço ao primo e amigo inestimável, Carlos, que sempre me ajudou, estimulou e me fez ver as possibilidades da vida, bem como os amigos da graduação: Ivanildo, Helio, Edson, Marcos, Marcio, Marlene, Marielli, Roselei, Geila, Greicy, Lilia, Irma, Gracieli, Marisa, Lidiane,

Danieli, Jussara, Levi, Alice, Marcia e Moraney e a muitos amigos que fiz durante este tempo de universidade.

Aos Professores: Edson Belo, Marcelo, Tarcisio, Lia, Márcia, Flaviana e Edson Dias, que participaram diretamente desse contexto.

Aos companheiros do Laboratório de Geografia e da AGB - Seção Marechal Cândido Rondon, Djoni, Leandro, Leandro Néri e tantos outros a quem agradeço pela amizade.

Ao Professor Estefano e ao Marcos Smanioto, pela orientação que deram na correção, organização do trabalho e Léia Bohnen que me ajudou enormemente com os mapas.

Aos professores do Mestrado em Geografia da UFGD, pelas suas incursões teóricas, metodológicas, apoio e dicas diversas etc.

Aos colegas e amigos do Mestrado, Carlos Joviano, José Roberto, Antonio Carlos, Marcos, Thaine, Maria Amabili, Eliseu, Débora, Julio, Adriano Arcari, Adriano Cosme, João Vanderlei e Michele, pelas discussões, contribuições e risada, que apesar de pouco tempo de convivência, porém bem aproveitado.

Aos membros da Banca de Qualificação (Sedeval Nardoque e João E. Fabrini), que me alertaram para os possíveis enganos, equívocos e possibilidades de pesquisa.

A todos os que colaboraram durante a pesquisa, principalmente as pessoas que se esforçaram de alguma forma a fornecer os documentos e materiais restritos como: base de mapas, relatórios e documentos que deram sustentabilidade à pesquisa. Enfim, a todos os que participaram desse processo e que não cito aqui, dada a imensidão de sujeitos envolvidos.

Epígrafe

“Os projetos de planejamento, assim que decretados, são violentados em seguida. E tudo está entregue à visão do Município e a interesses corruptores do Especulador de lotes e de edificações. (...) A urbanização confundiu-se com o loteamento, este filho espúrio do concubinato da Prefeitura com o especulador, que desumanizou “esta” São Paulo sem verdes e esta Copacabana sem espaços”. No Brasil, é preciso que se ponha fim ao “concubinato das Prefeituras com os especuladores”.

Clóvis Ramalhete

SUMÁRIO.

LISTA DE TABELAS.	9
LISTA DE FIGURAS.	10
LISTA DE ABREVIATURAS.....	11
RESUMO	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	21
1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	21
1.1 – O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA.....	24
1.2 – A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	25
CAPÍTULO II.....	32
2 – PEQUENAS CIDADES: CARACTERÍSTICAS, PAPÉIS “LUGAR” NA REDE URBANA	32
2.1 – PEQUENAS CIDADES: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM O CAMPO.....	34
2.2 – A MUDANÇA DO LOCAL DE DOMICÍLIO DOS AGRICULTORES.	40
2.3 – PEQUENAS CIDADES: SEUS PAPÉIS E “LUGAR” NA REDE URBANA.....	43
CAPÍTULO III	50
3 – MARECHAL CÂNDIDO RONDON: PROCESSO DE FORMAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICO-PRODUTIVA ATUAL.....	50
3.1 – COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE.....	52
3.2 – FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E SUA ESTRUTURA PRODUTIVA	59
3.3 - ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA POPULACIONAL.....	72
CAPITULO IV	76
4 – A AÇÃO DO ESTADO E OUTROS AGENTES NA EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PR.	76
4.1 – LEGISLAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL.....	76

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA SEDE A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO (DÉCADA DE 1980).....	83
4.3 – EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA A PARTIR DA APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR (DÉCADA DE 1990).	87
4.3.1 - ZONEAMENTO DA SEDE MUNICIPAL.	92
4.4 – EXPANSÃO DOS LOTEAMENTOS A PARTIR DA EMANCIPAÇÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PR.	95
4.4.1 – DÉCADA DE 1960.	96
4.4.2 – DÉCADA DE 1970	98
4.4.3 – DÉCADA DE 1980	100
4.4.5 – PRIMEIRA DÉCADA DE 2000	105
4.5 – O ESPAÇO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE.....	108
4.6 – OS VAZIOS URBANOS NO CONTEXTO DO CRESCIMENTO DA CIDADE.	114
4.6.1 – OS PROPRIETÁRIOS DOS VAZIOS URBANOS	121
4.6.2 – PROPORÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS E PROPRIEDADES RURAIS.	122
4.6.3 – PROPORÇÃO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS QUE POSSUEM PROPRIEDADES URBANAS	124
4.6.4 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS URBANOS/PROPRIEDADES URBANAS.	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXO 01.	147
ANEXO 02.	148
ANEXO 03.	152

LISTA DE TABELAS.

Tabela 1: População dos municípios do Paraná.	34
Tabela 2. Média da produção agrícola em kg por hectare (1995 a 2008).	66
Tabela 3. Variação do preço da soja pago ao produtor em Marechal Candido Rondon, média mensal de 1995 a 2008 (em Reais).....	68
Tabela 4. Evolução da população rural e urbana de Marechal Cândido Rondon.....	73
Tabela 5. Expansão dos loteamentos (1960 a 2007).	96
Tabela 6. Quantidade, tipo e função das construções da área urbana.	110
Tabela 7. Quantidade de financiamentos efetuados pela CEF (casa própria).	112
Tabela 8. Relação de lotes parcelados: ocupados/vazios.	118
Tabela 9. Relação de proprietários/lotes vazios.	121
Tabela 10. Relação dos proprietários rurais/propriedades rurais.	123
Tabela 11. Proprietários rurais/propriedades urbanas.	124
Tabela 12. Relação de proprietários urbanos e propriedades urbanas.....	126

LISTA DE FIGURAS.

FIGURA 1. ATUAÇÃO DAS COLONIZADORAS.....	56
FIGURA 2. MICRORREGIÃO DE TOLEDO	58
FIGURA 3. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.	59
FIGURA 4. LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.....	61
FIGURA 5. LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS AUGUSTO II E ALTO DA BOA VISTA.	71
FIGURA 6. DISTRITOS DESMEMBRADOS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON EM 1993.	74
FIGURA 7. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	81
FIGURA 8. PLANTA INICIAL DO DISTRITO DE GENERAL RONDON.	84
FIGURA 9. CHÁCARAS INSERIDAS NO PERÍMETRO URBANO (2000/2003).	91
FIGURA 10. ZONEAMENTO DA SEDE MUNICIPAL (2008).....	93
FIGURA 11. ABERTURA DE LOTEAMENTOS (1960 A 1969).	97
FIGURA 12. ABERTURA DE LOTEAMENTOS (1970/1979).	99
FIGURA 13. ABERTURA DE LOTEAMENTOS (1980/1989).	102
FIGURA 14. ABERTURA DE LOTEAMENTOS (1990/1999).	104
FIGURA 15. ABERTURA DE LOTEAMENTOS PRIMEIRA DÉCADA DE 2000.....	107
FIGURA 16. TIPO DE CONSTRUÇÕES NA ÁREA URBANA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.	111
FIGURA 17. VAZIOS URBANOS NA SEDE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PR, EM 2008.	119

LISTA DE ABREVIATURAS.

ACIMACAR:	Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon.
APP:	Área de Preservação Permanente.
BNH:	Banco Nacional da Habitação.
CBOT:	Chicago Board of Trade.
CIBRAZEM:	Companhia Brasileira de Armazenamento.
COHAPAR:	Companhia de Habitação do Paraná.
CONAB:	Companhia Nacional de Abastecimento.
COPAGRIL:	Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda.
EIV:	Estudo de impacto de vizinhança.
EMATER:	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS:	Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano.
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPARDES:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
IPTU:	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ITR:	Imposto Territorial Rural.
MARIPÁ:	Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda.
MST:	Movimento dos Sem Terra.
MSTC:	Movimento do Sem Teto do Centro.
OCEPAR:	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.
PIB:	Produto Interno Bruto.
PNMT:	Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
PRODETUR/SUL:	Programa de Desenvolvimento de Turismo do Sul do Brasil.
SECEX:	Secretaria de Comércio Exterior.
SESC:	Serviço Social do Comércio.

SEAB:	Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná.
SICREDI:	Sistema de Crédito Cooperativo.
USDA:	Union State Department of Agriculture.
UIA:	Unidade Industrial Avícola.
UNIOESTE:	Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
VERTRAG:	Arquitetura e Urbanismo S/S Ltda.

A EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR: A PRODUÇÃO DA CIDADE A PARTIR DO CAMPO

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central analisar a expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon (PR) no período de 1960 a 2008 tendo em vista a relação deste processo com a dinâmica produtiva do campo. Lançamos como hipótese central que no caso de Marechal Cândido Rondon há uma estreita relação entre a especulação imobiliária, a produção do espaço urbano e produção econômica do campo. Procuramos mostrar que existe uma relação entre a expansão urbana (abertura de loteamentos e comercialização dos lotes, aumento de preços dos mesmos) e a dinâmica econômica ancorada na produção agropecuária. Para entender o espaço urbano, no caso de Marechal Cândido Rondon, é necessário pensar na relação com o campo, pois é um município com forte presença do setor agropecuário em sua dinâmica econômica; mesmo o setor industrial presente no município é da agroindústria. O setor terciário também funciona majoritariamente em função do campo (lojas de implementos, máquinas e defensivos agrícolas, comércio de grãos e outros produtos etc.). Neste sentido, os dados e reflexões realizadas apontam para a necessidade de considerar as relações campo-cidade na análise da lógica de expansão do território urbano no caso de cidades caracterizadas por esta intensa relação.

Palavras-chave: Relação cidade-campo; expansão territorial urbana; produção e reprodução do espaço urbano.

LA EXPANSIÓN TERRITORIAL URBANA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR: A LA PRODUCCIÓN DE LA CIUDAD DE CAMPO

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo examinar el centro urbano la expansión territorial de Marechal Cândido Rondon (PR) en el período 1960 a 2008 a fin de vincular este proceso con la dinámica productiva del campo. Lanzados, como hipótesis central que, en caso de Marechal Cândido Rondon una estrecha relación entre la especulación inmobiliaria, la producción del espacio urbano y la producción económica del campo. Se demuestra que existe una relación entre la expansión urbana (abierto los lotes y lotes de la comercialización, aumento de los precios de la misma) y economía dinámica arraigada en la producción agrícola. Para entender el espacio urbano, en el caso de Marechal Cândido Rondon, usted debe pensar en relación con el campo, ya que es una ciudad con una fuerte presencia en el sector agrícola en su impulso económico, incluso el sector industrial en el municipio es la agricultura. El sector servicios también trabaja principalmente en función del campo (tiendas de implementos, maquinaria y productos químicos agrícolas, el comercio de granos y otros productos). En consecuencia, los datos y observaciones formuladas apuntan a la necesidad de considerar las relaciones ciudad-campo en el análisis de la lógica de la expansión del territorio urbano en el caso de las ciudades se caracteriza por la intensa relación.

Palabras clave: relación entre la ciudad y el campo, zona de expansión urbana, la producción y reproducción del espacio urbano.

INTRODUÇÃO

As pequenas cidades têm uma trajetória pouco vasta na literatura geográfica urbana, a qual vem privilegiando estudos sobre médios e grandes centros urbanos. Isto provavelmente se deve ao fato de que as grandes aglomerações sempre despertaram mais atenções, pela concentração de pessoas, contradições sociais e atividades modernas, elementos esses que se reproduzem em diferentes escalas pelo restante do território brasileiro.

É notório que o crescimento das cidades brasileiras resulta em um acúmulo de problemas de ordem social, econômica, política e ambiental. Da mesma forma, encontramos Marechal Cândido Rondon (PR) com um processo de expansão e estruturação urbana contínuo, crescente e (des)ordenado, e com uma infra-estrutura frágil que não acompanha tal crescimento.

A ação dos agentes que fazem e refazem o espaço urbano rondonense ocorre sem uma participação conjunta, agindo em interesse próprio, desconsiderando assim a importância de um crescimento planejado e organizado do ponto de vista sustentável, onde é evidente a “falta” de uma política adequada. Pois assim como as cidades necessitam de fatores que contribuam para o seu nascimento, da mesma forma, o planejamento é necessário para que a mesma sobreviva, a fim de que estejam presentes junto aos seus habitantes, o crescimento econômico, a qualidade de vida e a Justiça social.

Na região Oeste do Paraná a modernização agrícola que promoveu a mecanização e industrialização da produção, foi um fator de grande influência sobre o processo de urbanização, tendo em vista que expulsou trabalhadores do campo para a cidade e acelerou o movimento de transferência da residência dos antigos proprietários de terra, agora empresários rurais, para a zona urbana. Além disso, as mudanças promovidas pelo campo exigiram das cidades locais uma reestruturação urbana a fim de atender às suas novas demandas tais como: profissionais, técnicos, máquinas, implementos e insumos materiais indispensáveis à produção agrícola.

Portanto, faz-se necessário entender o rural e não apenas classificá-lo como sendo tudo aquilo que não é urbano e, ao mesmo tempo, identificar os processos que caracterizam o espaço urbano.

Nas extremidades da área urbana coexistem as atividades rurais e urbanas, e a expectativa de ganho dos proprietários, (especuladores e incorporadores imobiliários) apontam para um tipo

de dinâmica no mercado de terras. Pode-se afirmar que um empreendimento imobiliário (como um loteamento de terras, por exemplo) ocasiona modificações das condições locais e gera de imediato, alterações no preço da terra, o que se manifesta no espaço, geralmente, reforçando a exclusão sócio-espacial.

Assim, para compreender o processo de expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon é necessário descrever e analisar a dinâmica do processo de especulação imobiliária que está relacionado aos loteamentos de imóveis rurais para uso urbano, principalmente. O conhecimento do mercado de terras também permite perceber diversos aspectos desse processo. Para tratar deste mercado podemos colocar algumas hipóteses que poderão ser confirmadas no decorrer do trabalho:

- 1 -** A terra, tanto urbana quanto rural, é utilizada como reserva de valor com finalidades especulativas, porém, a terra urbana é mais “valorizada” do que a rural.
- 2 -** Os instrumentos (jurídicos ou administrativos) de regulação do mercado de terras (rural ou urbano) são funcionais ao processo de especulação imobiliária. É importante destacar que neste processo de urbanização, a acumulação capitalista se realiza na geração e exploração da renda da terra, neste caso, urbana.
- 3 -** Parcela considerável de proprietários rurais também possui propriedades urbanas (casas ou lotes), sejam elas com finalidade de moradia, aluguel ou apenas como “investimento”.

Diferentemente das grandes metrópoles que inauguraram o processo de verticalização para eliminar os custos da expansão da cidade, em Marechal Cândido Rondon, ocorre uma forte presença do capital rentista, com expansão horizontal da cidade. Esta expansão horizontal se relaciona com a especulação imobiliária quando se verifica a existência de enormes “vazios urbanos”, ou seja, áreas urbanas vazias à espera de “valorização”, meio pelo qual se realiza a acumulação capitalista rentista.

Lançamos como hipótese central que no caso de Marechal Cândido Rondon há uma estreita relação entre a especulação imobiliária, a produção do espaço urbano e produção econômica do campo. Procuraremos mostrar que existe uma relação entre a expansão urbana (abertura de loteamentos e comercialização dos lotes, aumento de preços dos mesmos) e a dinâmica econômica ancorada na produção agropecuária.

Em nosso entendimento, Marechal Cândido Rondon é uma cidade que se produz a partir do campo e para o campo, ou seja, toda lógica de produção do seu território urbano (abertura de loteamentos, incorporação de áreas rurais, formulação de leis, etc.) tem uma ligação muito intensa com a dinâmica produtiva do campo.

Daí ser necessário e fundamental, para entender o espaço urbano, no caso de Marechal Cândido Rondon, pensar na relação com o campo, pois é um município com forte presença do setor agropecuário em sua dinâmica econômica; mesmo o setor industrial presente no município é da agroindústria. O setor de comércio e serviços também funciona majoritariamente em função do campo (lojas de implementos, máquinas e defensivos agrícolas, comércio de grãos e outros produtos etc.).

Neste sentido, apresentamos como a pesquisa está estruturada e organizada em quatro capítulos, sendo os seguintes:

O primeiro capítulo foi dedicado a uma revisão bibliográfica sobre a especulação imobiliária e a renda da terra, com objetivo de compreender como se dá a relação entre proprietários de terra, Estado e a sociedade, que necessita de um lugar para morar e viver (seja na cidade ou no campo). Para esta discussão foram utilizados como referenciais teóricos alguns autores como: Santos (1985, 2002), Sposito (2001), Singer (1978), Oliveira (1979), Correa (2000), Carlos (2004), Harvey (1980, 2001), Lefebvre (1974, 2006) entre outros.

No segundo capítulo foi apresentada a problemática atualmente colocada em torno das pequenas cidades, apresentando uma discussão sobre a relação cidade-campo, a rede urbana regional e dos papéis urbanos das pequenas cidades, partindo das contribuições formuladas por diversos autores, ficando evidenciado que as transformações operadas no processo de urbanização resultaram em novas formas de abordagem da temática ao longo do tempo.

Numa sociedade marcada por profundas diferenças e desigualdades, as pequenas cidades desempenham, sobretudo no plano econômico, um menor número de papéis.

Entretanto, elas não devem ser vistas a priori, como problemas, visto que os problemas estão em todas as cidades. A cidade de São Paulo, por exemplo, por um lado, concentra as maiores riquezas do país e por outro, o maior número de miseráveis. Não é o porte da cidade que define se é um espaço opaco ou luminoso (SANTOS 2002, p.264). As luzes podem ser vistas também nas pequenas cidades, mesmo que os esforços para tal empreendimento sejam mais exaustivos.

O terceiro capítulo apresentou a caracterização histórica da Região Oeste do Paraná onde está inserido (o objeto de estudo) o município de Marechal Cândido Rondon desde sua fundação (25/07/1960 até dezembro de 2008) e a análise do crescimento da cidade com base na dinâmica produtiva do campo tendo a soja como cultura determinante na economia do município.

No quarto capítulo foi abordada a expansão dos loteamentos, tendo como principal agente regulador o Estado, os agentes imobiliários e a participação do setor agropecuário no mercado imobiliário, destacando os fatores determinantes do preço da terra, fundamentais para o conhecimento da dinâmica do mercado de terra urbana.

Pretende-se, assim, contribuir no debate acerca da transformação que o mercado de terras promove na passagem de terra rural para terra urbana.

Para o entendimento do mercado de terras urbanas e a especulação existente na expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon se fez necessária à realização do trabalho de campo que se consistiu no mapeamento dos lotes parcelados, sejam eles vazios ou construídos, existentes no perímetro urbano.

A elaboração do mapeamento exigiu percorrer todas as ruas da cidade identificando os lotes vazios e construídos (para os construídos verificou-se o padrão e função da construção) de cada quadra, realizado no período de outubro de 2007 a outubro de 2008.

Fontes documentais também foram consultadas para dar sustentação às informações apresentadas neste trabalho. Neste sentido, documentos fornecidos pela Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon foram de grande importância para garantir substância empírica ao trabalho.

Dentre os documentos consultados, destaca-se o Relatório do IPTU¹ 2008, que permitiu verificar quantas propriedades cada proprietário (pessoa física ou jurídica) possui na cidade e com isso comparar as informações obtidas com o mapeamento e o Relatório do ITR² (relatório obtido a partir da emissão do bloco de notas do produtor rural).

Outro documento examinado foi a relação de loteamentos regulamentados pela Prefeitura desde o ano de 1960 a dezembro de 2007 em que consta o nome do loteador (empresa imobiliária

¹ IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano. É um imposto municipal recolhido anualmente (normalmente parcelado em prestações mensais) pelos proprietários de edificações (casas, apartamentos) e terrenos urbanos vazios. Sua alíquota e sua metodologia de cálculo variam de um município para outro.

² ITR: Imposto sobre a Propriedade territorial Rural, também chamado de imposto territorial rural, a cobrança é de competência da União e incide sobre a propriedade rural.

ou proprietário), nome do proprietário da terra no qual se fez o loteamento, o nome do loteamento, ano de aprovação pela prefeitura e a área do loteamento em m².

Para obtermos informações referentes ao mercado imobiliário e a ação das empresas imobiliárias de Marechal Cândido Rondon elaboramos um questionário³ que foi aplicado às empresas do ramo⁴. A partir deste questionário foi possível identificar que tipo de “clientela” investe neste mercado, valores dos imóveis, áreas mais valorizadas, atuação do Estado como agente regulador deste mercado e outras informações que surgiram foram sendo dispostas no decorrer do trabalho.

No caso do Brasil as pequenas cidades estão atreladas às atividades no campo, sendo que seu “desenvolvimento” depende, em grande parte, do campo.

A ocorrência de áreas vazias, próprias para construção de moradias, na sua maioria, é o que sustenta o círculo vicioso da especulação imobiliária que ocorre dentro do perímetro urbano, acarretando com isso uma expansão “(des)ordenada” da cidade para áreas impróprias para moradias, próximas às margens dos rios e mananciais de água, preservação ambiental ou com declive acentuado. Em contrapartida, existem áreas mais próximas ao centro, que estão desocupadas e à espera da “boa vontade” de seus proprietários para serem parceladas num momento em que considerarem adequadas.

Esta prática faz com que a expansão horizontal da cidade se torne fonte de renda para as empresas que atuam no ramo imobiliário, e ao mesmo tempo de interesse do poder público por proporcionar a cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) destes novos loteamentos, sendo este imposto municipal (pois a receita gerada pelo IPTU pertence ao município). Deixando de incidir sobre estas áreas, a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural, de âmbito federal e que não pertence ao município), daí o interesse em transformar terra rural em terra urbana.

³ O questionário foi aplicado nas empresas durante o mês de setembro de 2008, período após a safra de inverno (safrinha), sendo este um período propício para o mercado imobiliário em que os agricultores investem parte dos lucros da safra em imóveis urbanos ou rurais.

⁴ Foram entregues dez questionários, no entanto, somente seis empresas responderam (Certo Imóveis, Edegar Imóveis, Imobiliária Waldow, Activa Imóveis, Imobiliária Joris e a Imobiliária Plano Empreendimentos) totalizando 50% do total das empresas que atuam nesta atividade. Considerando que apenas 60% das empresas responderam, ainda sim foi de grande valia a contribuição das mesmas para com a pesquisa em que foi possível conhecer detalhes do funcionamento do mercado imobiliário da cidade e região explicitado por quem realmente “trabalha” com esta mercadoria (a terra).

Portanto, há interesse do poder público em expandir a área urbana e com isso gerar receita, não levando em consideração os problemas sociais, econômicos e ambientais que isto venha a causar.

CAPÍTULO I

1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O espaço urbano pode ser definido como a formação de diferentes áreas, tais como áreas industriais e áreas residenciais interligadas, nas quais há as mais variadas atividades comerciais e de serviços que, mesmo de forma fragmentada, mantêm-se socialmente integradas todas as suas partes.

O espaço de uma cidade constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais, distintas no que se refere à forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece, assim, como espaço fragmentado. Mas, se o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável.

Fragmentada, articulada e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. O espaço urbano assume, portanto, uma dimensão simbólica que, todavia, varia conforme os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando à conflitos sociais, como greves operárias e movimentos sociais urbanos.

O espaço da cidade é desta forma, cenário e objeto de lutas sociais, uma vez que estas visam ao direito à cidade e à cidadania plena e igual para todos.

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 2000, p. 10).

O processo de urbanização de Marechal Cândido Rondon também é marcado pela fragmentação desigual do espaço urbano, onde são loteadas áreas distantes da região central da

cidade, fazendo com que a população menos privilegiada, de certa forma, seja expulsa para estes loteamentos periféricos, aumentando os vazios entre o centro da cidade e a periferia, transformando os terrenos baldios uma “terra de ninguém”.

A administração pública pode e tem condições de intervir no mercado imobiliário, por meio de mecanismos tributários de incentivos, penalização e, sobretudo, através da implantação de políticas mais adequadas e justas, simples e transparentes, objetivando a integração entre as classes sociais e a expansão territorial urbana.

Em sua obra, Corrêa (2000) afirma que o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, pleno de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato.

Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade? Segundo Corrêa (2000), “*estes agentes são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos*”. (CORRÊA, 2000, p.18).

Os maiores proprietários de espaço são os proprietários industriais e das grandes empresas comerciais que, em razão de suas atividades, exigem que seu terreno esteja o mais próximo possível de seus interesses comerciais, necessitam de espaços mais amplos, tornando a terra cada vez mais valorizada, fazendo com que seu uso seja o mais remunerador possível, principalmente no que se refere ao uso comercial.

A terra passa a ser interesse de expansão urbana, tornado-se mais valorizada do que a rural, significando que os proprietários estão cada vez mais interessados em sua troca, e não no valor de uso, como apresenta Corrêa (2000):

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários fundiários. Alguns, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infra-estrutura, especialmente a viária. (CORRÊA, 2000. p. 18).

Podemos, assim, concluir que, ao se transformarem as terras rurais em urbanas, ocorrem diferentes formas de ocupação destas terras da periferia, como as de uso popular ou de *status*. Nestes casos, os proprietários fundiários determinam qual será a melhor ocupação, ou seja, qual ocupação renderá mais lucros.

A destinação dessas terras a uma população de *status* possibilita à seus proprietários que se tornem promotores imobiliários, criando bairros de classe alta, loteando, construindo boas casas e vendendo-as.

Os loteamentos periféricos de ocupação popular, criados longe do centro da cidade com o mínimo de infra-estrutura e sem nenhum interesse social mais profuso, tornam-se simplesmente meios para aferir a renda da terra, tornando-se muitas vezes loteamentos irregulares e até mesmo ilegais. Isto gera a pressão popular por melhores serviços por conta do poder público. Assim, os proprietários fundiários são mais uma vez beneficiados, pois, para que a infra-estrutura chegue até os loteamentos populares, terá de passar obrigatoriamente por suas terras, situada entre os loteamentos periféricos e o centro da cidade.

Neste momento, torna-se importante discutir a questão da especulação imobiliária. Este é um termo muito utilizado em praticamente todas as considerações sobre os problemas das cidades atualmente. Campos Filho (2001) define especulação imobiliária, em termos gerais, como “[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos” (CAMPOS FILHO, 2001, p.48).

A especulação imobiliária, portanto, caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, mas ao mesmo tempo reconhece que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias. Especulação imobiliária é a compra ou aquisição de bens imóveis com a finalidade de vendê-los ou alugá-los posteriormente, na expectativa de que seu valor de mercado aumente durante um espaço de tempo decorrido.

Se uma pessoa, empresa ou grupo de pessoas ou empresas comprar imóveis, em grandes áreas ou quantidades e numa mesma região, isto diminui a oferta de imóveis no lugar, o que, conseqüentemente, provoca o aumento artificial dos preços de todos os imóveis daquela região. A expressão tem conotação pejorativa, por deixar implícito que o comprador do imóvel não irá utilizá-lo para fins produtivos ou habitacionais, e ainda retira de outras pessoas, de menor poder aquisitivo a possibilidade de fazê-lo.

A especulação imobiliária é um processo que pode atingir diversas regiões de uma mesma cidade. Repentinamente, ocorre a valorização de um bairro ou região, e os preços de aluguel e venda dos imóveis localizados nesse espaço sofrem altas temporárias. Os prejuízos resultantes da especulação são muitos e abrangem tanto aspectos sociais, quanto ambientais e econômicos. A terra acaba perdendo seu valor social, de assentamento, pois o valor mercantil e a busca pelo lucro passam a ser os interesses principais por parte dos agentes imobiliários.

Por trás do processo da especulação imobiliária, existem diversos fatores que levam a esse encarecimento no preço da moradia em certas regiões, e os maiores prejudicados são os moradores, tanto os futuros locatários quanto a vizinhança local, pois toda a estrutura urbana pode ser afetada por essa mudança.

A especulação com terras é uma estratégia de valorização do capital, difundida acentuadamente no Brasil. A procura pela terra devido à sua condição de duplo ativo, aliada à insuficiência e à existência de forte demanda, majora a terra à condição de um ativo altamente cobiçado.

1.1 – O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA

O espaço urbano, como resultado de complexas relações sociais, tem materialidade física na cidade, onde existem diversos atores, com interesses quase sempre divergentes. Nessa produção capitalista da cidade, os processos de “valorização” da terra e os mecanismos de sobrevalorização fundiária rendem lucros excedentes aos proprietários e condicionam grupos sociais às determinações do mercado imobiliário.

Nesse ramo de investimentos, a determinação do “valor” (preço) de comercialização não se dá pelos mesmos elementos da produção mercantil, mas por diferentes formas de renda da terra.

A palavra valor, é preciso observar, tem significados diferentes. Algumas vezes, expressa a utilidade de algum objeto particular e, outras, o poder de compra de outros bens que a posse deste objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’, e o segundo, ‘valor de troca’. *“As coisas de grande valor de uso têm, freqüentemente, pequenas ou nenhum valor de troca; e,*

ao contrário, as de grande valor de troca têm, freqüentemente, pequenos ou nenhum valor de uso” (SMITH apud HARVEY, 1980, p. 31).

A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral. Ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, a do dinheiro e do capital, ela persiste. E mesmo que ela, desde a época de Marx, tenha se consolidado, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e conseqüentemente, reconstituindo sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda da terra). *“A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade”* (LEFEBVRE, 1999. p.160-1).

Ao mesmo tempo, Villaça (1978) identifica a localização como a mercadoria mais importante do mercado imobiliário urbano, com valor estipulado por benfeitorias nos lotes.

Nas economias de mercado, um terreno incorpora dois bens, ou duas mercadorias: uma parcela de terra e uma localização. O primeiro é estático e varia pouco ou nada ao longo do tempo; caracteriza-se pelas dimensões e forma do lote, sua topografia e as características físicas (importantes, no caso da terra urbana) - só o proprietário atua sobre ele. O segundo, a localização, varia violentamente ao longo do tempo, especialmente nas cidades que estão em rápido crescimento.

Mais ainda, tais atributos, num terreno, estão menos sujeitos à modificação determinada pela ação de seu proprietário do que pela de proprietários de outros terrenos. Assim, *“a localização é definida por um sistema de relações sociais emanadas a partir de e em direção a um ponto, em face de vários pontos”* (VILLAÇA, 1978, p. 14).

1.2 – A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

A infra-estrutura de uma área é a característica principal que a faz ser mais valorizada do que outra. A localização do bairro e o acesso que ele dá a serviços públicos e particulares, que vão desde saneamento básico a hospitais e shopping centers, são os principais critérios para a supervalorização. Ou seja, a facilidade de acesso aos demais pontos da cidade, particularmente a pontos importantes como marginais e vias expressas é o que faz, em alguns casos, um bairro ser

considerado nobre, e outro, periférico. É aproveitando-se destes fatores que as empresas de imóveis especulam o preço da terra.

Outro caso relativamente comum é o de terrenos que não são muito bem localizados, até que uma nova avenida ou rua importante é aberta, melhorando suas condições de acessibilidade. Seu preço, por conseqüência, aumentado quase que instantaneamente.

Outra forma de melhoria da localização ocorre pelo simples acréscimo de novas edificações no seu entorno, o que por si só torna sua acessibilidade melhor em relação ao conjunto da cidade. Em outras palavras, a ocupação por atividades (residenciais, comerciais, etc.) ao redor de um terreno torna-o mais próximo – e, portanto, com maior acessibilidade – a uma nova gama de possibilidades de interação com o resto da cidade. Essa possibilidade de interação, por sua vez, é um aspecto valorizado pelas pessoas no momento de escolher um determinado local e, por isso, acaba também contribuindo para o aumento do preço do solo.

Apesar de gerar lucro para alguns poucos investidores, a prática da especulação imobiliária é extremamente prejudicial para as cidades. Por causa dela, os tecidos urbanos tendem a ficar excessivamente rarefeitos em alguns locais e densificados em outros, gerando custos financeiros e sociais. A infra-estrutura, por exemplo, é sobrecarregada em algumas áreas e subutilizada em outras, tornando-se, em ambos os casos, mais cara em relação ao número de pessoas atendidas.

A especulação gera maiores distâncias a serem percorridas, subutilização da infraestrutura e aumento artificial do preço da terra. As dificuldades de deslocamento da população de mais baixa renda, especialmente nas grandes cidades, também são, em grande parte, decorrentes dessa lógica especulativa, que aumenta as distâncias entre habitação e empregos.

Outra possível conseqüência da retenção especulativa de imóveis é a dificuldade de deslocamento gerada pela escassez de vias e de possíveis caminhos para quem se desloca. Isso acontece quando os terrenos ociosos são grandes, e impedem o surgimento de conexões (vias públicas) entre áreas da cidade pelo fato de não estarem parcelados. Todo o fluxo, portanto, precisa desviar-se dessas glebas, causando estrangulamento em alguns pontos e concentração excessiva de tráfego em algumas poucas ruas.

Com o crescimento das cidades, passa a existir uma pressão pela anexação de áreas, antes rurais, para uso e apropriação urbana. Trata-se da alteração de uso do solo, de rural para urbana.

É evidente que este processo oculta muito mais que a mera mudança de *status* jurídico, estando implexo com outros processos, como, por exemplo: a especulação, a propriedade da terra, o direito de propriedade, a legislação de regulação do uso do solo e, por conseguinte, a metamorfização da paisagem urbana. Nesta transformação do rural em urbano, a especulação desempenha papel fundamental, potencializada por um conjunto de fatores, como a fiscalização ineficiente, a legislação e a administração conivente e permissiva.

A apropriação de terras no Brasil é uma questão que, desde sua colonização, causa problemas de ordem econômica, social e principalmente administrativa e política.

Pois, de um lado, existe uma sociedade fundiária altamente coesa, que faz da terra objeto de especulação, restringindo o acesso a terra e, de outro, uma enorme parcela que caracteriza uma demanda, desestruturada, desarticulada e conduzida em sua grande parte por movimentos sociais, como por exemplo, o MST (Movimento dos Sem Terra) e o MSTC (Movimento do Sem Teto do Centro).

Com o crescimento das cidades, surge uma necessidade e, por que não dizer, uma pressão por novas anexações de terras, antes de uso rural, para a apropriação urbana e subsequente para um desenvolvimento, seja, (des)organizado e (des)articulado como é o caso da cidade em estudo.

Essa demanda esbarra sempre numa escassez camuflada, historicamente galgada em conflitos urbanos e rurais da apropriação da terra e, conseqüentemente, de seu uso.

No processo de modificação da terra rural em urbana, a especulação imobiliária cumpre papel fundamental. Este fundamento está potencializado por uma série de fatores, como a falta de uma fiscalização eficiente amparada em planos de expansão e do Plano Diretor municipal e do cumprimento da legislação que rege o administrativo público.

O capital trabalha a especulação imobiliária como uma estratégia de valorização contínua, uma vez que a procura pela terra considerada “ativo” faz com que a ela se torne moeda forte caracterizada por um “ativo” claramente desejado.

Portanto, especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir a necessidade de lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço de valia. Assim sendo, a terra como ativo duplo, como especulativo, “*se assemelha ao capital, embora não o seja, pois ele valoriza o preço*” (KANDIR, 1984, p.98).

Ribeiro (1997) nos diz que a especulação na alteração da terra rural para a urbana é nada mais do que uma valorização do ativo (terra) e nos faz entender a terra como um ativo de reserva de capital.

A especulação fundiária aumenta o preço da terra e tem duplo efeito sobre suas atividades. De um lado, onera os custos de expansão na medida em que pressupõe terrenos amplos e baratos. De outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho, gerando-se assim uma pressão dos trabalhadores visando a salários mais elevados que incidirão sobre a taxa de lucro das grandes empresas. Isto, segundo Capel (1972), gera conflitos de interesses:

A especulação fundiária não é assim de interesse dos proprietários dos meios de produção. Interessa, no entanto, aos proprietários fundiários: a retenção de terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre proprietários industriais e fundiários. (CAPEL, 1972, p. 8)

Os proprietários do meio de produção serão os mais favorecidos nestes conflitos, pois, no capitalismo, tanto a vida econômica quanto a política são coordenadas por eles. Eles fazem com que o Estado desapropriar terras, instale a infra-estrutura necessária e crie loteamentos baratos para a construção de casas populares.

Os conflitos que emergem tendem a ser, em princípio, resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política. Esses conflitos são solucionados através de pressões junto ao poder público para realizar desapropriações de terras, instalação de infra-estrutura necessária às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho.

Portanto, as modificações que um novo empreendimento imobiliário, como um loteamento, causa na paisagem, proporcionam uma constante desarticulação ambiental, social e urbana em determinado tempo e lugar, como, por exemplo, alteração no preço de terrenos, (des)estrutura urbanística, dentre outros fatores que contribuem para o aumento da exclusão sócio-espacial.

Os vazios urbanos são relevantes para a compreensão, planejamento e gestão das cidades. Vale dizer que a especulação é responsável pelos aumentos significativos de preço da moradia urbana. O meio físico sofre com essas especulações, uma vez que a ocupação inadequada e

indiscriminada afeta principalmente as áreas de vertentes, várzeas, áreas de preservação permanentes e de outros ambientes frágeis quanto à sua paisagem estrutural e, em alguns casos, protegidos por lei.

Isto nos leva à reflexão de que a situação entre cidades não se difere consideravelmente, pois praticamente todas têm dificuldades em encontrar alternativas de moradia para a massa populacional. Maricato (2001) diz, a esse respeito: “*é justamente a ausência de alternativas de moradia que assegura à negociação legal de terras e faz com que a especulação assumo o controle, travando-a*”. (MARICATO, 2001, p.219).

Partindo disto, percebemos que a necessidade e a produção de moradias estão estreitamente ligadas aos mecanismos que regulam o uso do solo urbano, conforme aponta Santos (1994), ao afirmar que a política urbana deve sempre reestruturar, e não manter tais mecanismos que possibilitam a especulação dinâmica e a ausência de alternativas para uma expansão territorial ordenada e amparada na legislação ambiental e urbana.

Desde a década de 1980, a especulação imobiliária estimulou a expansão urbana de Marechal Cândido Rondon, o que, por sua vez, aumenta a demanda por esse tipo de produto. Nos últimos dez anos, isto refletiu de forma marcante no preço de lotes nas áreas consideradas de expansão. Nestas áreas, localizadas nas bordas urbanas, coexistem as atividades rurais, o que faz com que a expectativa de ganho dos donos, especuladores e incorporadores imobiliários, em relação a elas, aumente consideravelmente após o seu parcelamento.

Não diferente de outras áreas urbanas, o processo de expansão territorial urbana de Marechal Candido Rondon desenvolveu-se de duas maneiras: pelo adensamento das áreas já existentes e pela incorporação de áreas limítrofes ao perímetro urbano. É importante salientar que os loteamentos, em sua constituição básica, devem possuir características básicas, como energia, água, rede de esgoto, asfalto, etc., além de uma localização que possibilite o acesso rápido a outros setores da rede urbana.

A infra-estrutura da cidade, em relação aos seus imóveis e, conseqüentemente, a expansão urbana, caracterizam-se, devido à valorização de terras, muito além do seu preço real de mercado, aproveitando-se de fatores internos, como, por exemplo, saneamento básico (que não é suficiente), rede de energia elétrica, asfalto, hospitais, escolas, praças, supermercados, etc.

Na área urbana, a especulação foi responsável pela segregação sócio-espacial, com a retenção de terrenos, aumento do custo de produção e urbanização, e a exclusão urbana que, com

os custos de reprodução da força de trabalho, reserva os piores locais da cidade para a população de baixa renda.

Na especulação imobiliária da cidade em estudo, para se ter uma idéia, alguns corretores planejam a venda inicial de apenas alguns lotes para, após sua ocupação pelos primeiros moradores, colocarem os demais à venda por preços mais elevados.

Deste modo, consideramos que se trata, aí, de uma questão sócio-política, ou seja, a forma como um espaço recebe melhorias de infra-estrutura, que geralmente acontece após a ação (luta) dos moradores locais, pois são os agentes que mais se beneficiam desta infra-estrutura que torna a terra mais valorizada, e assim buscam novos compradores visando a um lucro ainda maior.

Assim, o processo histórico de ocupação da cidade é evidente, no sentido que em seu planejamento urbano, centro e periferia não estiveram unidos, mas sim separados por espaços vazios que, dentro desse processo, geraram vazios urbanos (lotes baldios) e que passaram a apresentar problemas sociais, econômicos e ambientais. Essa situação requer políticas públicas com programas preventivos e educativos, ou mesmo a aplicação e cumprimento do Plano Diretor do município, que já existe, uma vez que acreditamos ser esta a solução para a tentativa da diminuição dos problemas sociais, políticos e urbano-ambientais que regem a especulação imobiliária.

O entendimento da cidade demanda uma compreensão do fato econômico, social das relações e da dinâmica exercida pelas relações de poder na cidade, haja vista que as cidades se configuram como um local de manifestações das relações sociais e são as ações e as relações sociais que dão forma e significado ao espaço.

Dois imóveis iguais (mesma área, distribuição das dependências, qualidade, acabamento, etc.), localizados em pontos diferentes de uma cidade, quase sempre possuem preços diferentes. Os agentes imobiliários estabelecem preços diferenciados por metro quadrado nas áreas da cidade, criando um verdadeiro mapa dos “valores urbanos”.

O poder público de Marechal Cândido Rondon utiliza-se de uma escala de valores dentro da cidade (delimitada em zonas de tributação) para a cobrança dos tributos territoriais devidos pelos proprietários imobiliários conforme uma planilha que define “valor venal⁵” das propriedades. Uma tabela escalonada de 01 a 14, sendo que 01 é a zona de maior valor,

⁵ Valor venal é definido para servir de referencia em caso de desapropriação e também como base de calculo para cobrança do IPTU. Para se definir o valor (ou seja, avaliar) de uma propriedade leva-se em conta a sua localização, tamanho do lote, área construída bem como a infra-estrutura implantada no local.

decrecendo até 14 que é a zona de menor “valor”. Dentro destas zonas as propriedades passam por uma avaliação a qual determina o “valor” que servirá de base para cobrança do IPTU e do ITBI⁶.

De onde vem essa diferença de preços do solo urbano? Não se trata de um fenômeno natural, algo inerente ao solo, mas sim decorrente de relações sociais, considerando-se que a explicação desta diferenciação tem por base a teoria da renda fundiária urbana.

⁶ O imposto sobre Transmissão de Bens por Ato Oneroso “Inter Vivos” (ITBI) é cobrado pelo município nos casos de transferência – transmissão ou cessão – de propriedade de imóveis como casas, apartamentos, salas, lojas e galpões. O pagamento do tributo é condição para o registro em cartório da transferência do imóvel. O ITBI deve ser pago quando há envolvimento de gastos pecuniários, ou seja, envolve recursos financeiros. O responsável pelo recolhimento é o comprador, nas negociações envolvendo vendas. No caso de permuta do imóvel, os dois lados envolvidos dividem o pagamento, de forma solidária. Fonte: Prefeitura Municipal – Secretaria da Fazenda, Setor de Tributação.

CAPÍTULO II

2 – PEQUENAS CIDADES: CARACTERÍSTICAS, PAPÉIS “LUGAR” NA REDE URBANA

A urbanização brasileira, enquanto o fenômeno sócio-econômico que se expressa na constituição de cidades, teve início por volta do século XVI, quando se constituíram as primeiras aglomerações (vilas) próximas ao litoral, que tinham como principal papel a ligação entre a Metrópole e a Colônia, sem, portanto, apresentar uma vida econômica específica.

Ao longo da história econômica da sociedade brasileira, novos impulsos foram surgindo e fazendo com que o povoamento e a urbanização atingissem outras áreas do território. Entre esses fatos históricos, destacam-se os impulsos de povoamento dados pelas atividades econômicas que conforme Ianni (1996):

[...] a sucessão de ciclos e épocas das atividades econômicas predominantes, aqui ou lá, voltadas para o mercado externo, marca os lineamentos dos estados e regiões, da geografia e história. Assinalam os movimentos do povoamento, colonização, escambo, escravidão, fazendas, engenhos, sertões, fronteiras, povoados, cidades, províncias, estados e regiões. É aí que se enraíza o desenvolvimento desigual e contraditório, característico da economia e sociedade no Brasil. (IANNI, 1996, p.167).

A partir dos primeiros anos do século XX o processo de urbanização e povoamento no Brasil se tornou mais complexo, sobretudo pelo desenvolvimento industrial na região Sudeste. Esta atividade passou cada vez mais demandar uma articulação territorial e produtiva no país. A cidade (industrial), no Brasil, tornou-se pela primeira vez produtiva, conforme Singer (1990), *“bem como passou a se compor cada vez mais por novos conteúdos e agentes sociais”*.

A implantação de infra-estrutura de transporte foi fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial no país e conseqüentemente promoveu importantes reorganizações no território nacional. Destaca-se, inicialmente, a importância das rodovias e ferrovias na dinamização regional e na expansão do processo de urbanização nas áreas onde se instalou tal meio de transporte.

Em termos gerais, apesar do dinamismo alcançado até meados do século XX, na década de 1950, o Brasil ainda contava com a maior parte da sua população residindo no meio rural. Foi, contudo, entre os anos de 1940 e 1980, de acordo com Santos (1993), “*que ocorreu uma inversão completa quanto ao local de residência da população brasileira*”, juntamente à “*intensa modificação no modo de vida e relações de trabalho, tanto no campo como nas cidades*”. (SANTOS, 1993, p.34).

As cidades, sobretudo aquelas onde havia algum tipo de desenvolvimento industrial, passaram a crescer intensamente. Novos núcleos surgiram em áreas com alguma dinamicidade econômica por força de agentes externos e locais e ou por ações planejadas pelo próprio Estado, dando início ao efetivo deslocamento da sociedade do meio rural para as cidades, ou seja, o êxodo rural.

Por outro lado, observa-se também que o perfil da urbanização brasileira expõe a forma desigual e ao mesmo tempo concentradora com que se processou esse fenômeno no país. Há, portanto, um conjunto restrito de grandes e médias cidades que concentram os poderes de gestão, decisão e equipamentos urbanos em seu espaço, porém, estas cidades são marcadas por imensa gama de problemas sociais.

No outro extremo encontra-se um conjunto maior, com inúmeras pequenas cidades, localidades que se dividem entre núcleos de áreas urbanas dinâmicas que se inserem em graus menores na economia globalizada, atendendo às necessidades primárias da sua população, com ou sem crescimento demográfico; outras enfrentam sérios problemas para reter sua população, sobretudo, as pessoas jovens, que acaba tendo que migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida.

No Estado do Paraná verifica-se um exemplo emblemático dessa situação, na medida em que possui trezentos e noventa e nove municípios, sendo que 91,8% da população vivem em pequenas cidades de até 50.000 habitantes, conforme demonstra a tabela 01.

Há, portanto, a ocorrência de trinta municípios com mais de cinquenta mil habitantes, sendo; dezoito municípios com até cem mil habitantes, cinco municípios com até duzentos mil, três municípios com até de trezentos mil, dois municípios com até de quatrocentos mil, um município com até quinhentos mil habitantes e apenas a capital, Curitiba, tem mais de um milhão (1.085.806 habitantes, conforme censo de 2000 do IBGE). Ademais, os municípios com até 50

mil habitantes compõem a maioria, - trezentos e sessenta nove municípios, ou seja, 92,48% do total (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Tabela 1: População dos municípios do Paraná.

Número de habitantes	Número de municípios	% total
Até 5.000	100	25,06
5.000 a 10.000	111	27,81
10.000 a 20.000	107	26,81
20.000 a 30.000	25	6,26
30.000 a 40.000	19	4,76
40.000 a 50.000	07	1,75
50.000 a 100.000	18	4,51
100.000 a 200.000	05	1,25
200.000 a 300.000	03*	0,75
300.000 a 400.000	02*	0,50
400.000 a 500.000	01*	0,25
1.797.408	01*	0,25
TOTAL	399	99,96

Fonte: IBGE, 2007⁷. Org. Ferrari, Walter J. 2008.

Diante desse caráter da urbanização brasileira, várias questões vêm motivando os estudos urbanos. No entanto, o estudo das pequenas cidades não se torna menos necessário, pelo contrário, sem a consideração dessas espacialidades não é possível chegar a uma compreensão ampla do significado da urbanização brasileira na atualidade.

2.1 – PEQUENAS CIDADES: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM O CAMPO

Espaço é uma das principais categorias geográficas e é sob esta que dirigem os esforços da pesquisa na ciência Geográfica. Santos (1997) considerou espaço como:

Uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia.

⁷ Contagem da População e Estimativa de População 2007. Publicada no Diário Oficial da União de 05/10/2007.

Ao mesmo se dá com o político industrial e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS 1997, p. 1)

O espaço urbano enquanto um tipo específico de apresentação do espaço geográfico é uma categoria conceituada e analisada no meio acadêmico a partir, principalmente, da realidade das grandes cidades. Corrêa (2000) identificou o espaço urbano como um “*espaço que é ao mesmo tempo fragmentado e articulado*”, refletindo a desigualdade e mutabilidade que é própria da sociedade. Algumas destas características aparecem em pequenas cidades, no entanto, as escalas são proporcionais assim como a intensidade dos fenômenos e suas formas de apresentação.

Os processos e as formas espaciais urbanos estudados nas grandes e médias cidades não encontram correspondentes iguais nas pequenas cidades. Estas últimas são espaços que em geral não apresentam grandes diferenciações espaciais, os centros não apresentam especializações como áreas centrais e, muito menos, os processos recentes de degradação sócio-econômica, tipicamente ocorrida nos centros das cidades maiores. São geralmente, ao mesmo tempo, espaços de residências, lazer, do comércio e serviço existente, no centro estão localizados os órgãos da administração pública, a igreja principal, escolas, bancos e hospitais (quando existentes).

Por outro lado, apresentam também conjuntos habitacionais, às vezes um pouco distantes do que pode ser chamado de “centro”. No entanto, as distâncias são curtas e os movimentos podem ocorrer a pé; de bicicleta, devido a isto as pessoas conseguem manter relações de vizinhança com outras que não moram no mesmo bairro, enfim, o conhecimento mútuo permanece entre os moradores das pequenas cidades.

O estudo da relação campo-cidade ganhou uma nova complexidade com a revolução científico-tecnológica, iniciada a partir da segunda metade do século XX, uma vez que essa ao intensificar os processos de urbanização e industrialização promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura.

Essa modernização, mesmo não tendo ocorrido de forma homogênea, redefiniu os espaços rurais, imprimindo-lhes uma nova dinâmica, diversificou os serviços urbanos, intensificou os fluxos de transportes e comunicações e reestruturou a interação das áreas rurais com os espaços urbanos.

A nova dimensão assumida pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes territoriais isolados, como tradicionalmente o fora, mas como espaços interdependentes e complementares. A concepção do urbano extrapola a própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a base que funda tal relação.

Dessa forma, os estudos da relação campo-cidade são essenciais para a compreensão da organização sócio-espacial, pois tanto o rural quanto o urbano não podem ser entendidos separadamente, pautados na velha dicotomia de que o urbano é significado de moderno e o rural significado de arcaico.

Contudo, entendemos que o rural não deve ser visto como resquíio em vias de desaparecimento e nem a cidade como *lócus* do moderno. Além disso, o campo não é sinônimo de rural e tampouco a cidade abarca apenas o urbano. O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à materialização desses modos de vida. Portanto, os valores urbanos estão presentes no campo, assim como também encontramos os valores rurais na cidade.

De outra parte, há também que se considerar que a extensão do processo de urbanização sobre espaços regionais adjacentes e funcionalmente integrados às concentrações urbanas, tem gerado uma articulação crescente entre atividades de espaços urbanos e rurais, contribuindo para tornar cada vez mais complexa as distinções entre campo e cidade. No contexto desta “urbanização extensiva”, não apenas observa-se uma extensão da produção industrial capitalista a todo o espaço social, mas também as demandas da reprodução coletiva e ampliada da força de trabalho que se estendem com o tecido urbano a todo espaço social, fortalecendo e enfatizando a integração sócio-espacial urbano-rural.

Tal processo, de um lado leva a uma redefinição e ampliação das possibilidades de localização de atividades econômicas, permitindo novas localizações no espaço regional e de outro, permite uma ampla integração espacial entre o urbano e o rural, ao mesmo tempo em que, também integra concentrações urbanas entre si, dando origem a micro-sistemas urbanos onde os diversos centros e espaços periféricos circundantes se articulam numa totalidade funcional, formando-se assim redes (urbano-rurais) onde a fluidez e integração sócio-espaciais ganham dimensões e intensidades antes impensadas.

A intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somada ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabaram por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 30 ou 20 anos.

As dificuldades enfrentadas por um jovem de origem rural nos centros urbanos, com pouca qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixo que os da cidade, a inexistência de uma rede de parentesco de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, têm levado os jovens “descobrirem” que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo (lugar de origem) onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a da moradia.

Estabelecer assim, residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos, mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação.

É importante registrar que o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor. Isso acarreta, como se sabe, implicações sobre o processo sucessório no interior da família camponesa ameaçando a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do patrimônio familiar dentro deste modelo agro-exportador adotado na região Oeste do Paraná. Inserindo-se assim no processo de modernização tecnológica da agricultura a partir da década de 1970, determinando um novo modelo agrário em que apenas os agricultores que conseguem “incluir-se” neste novo modelo sobrevivem.

Portanto, o método de cultivo realizado pelos pequenos produtores agrícolas se tornou arcaico e pouco competitivo, sendo suplantados pelo emprego de tratores, colheitadeiras e insumos de toda natureza, restritamente acessíveis. Sobre esta modernização Reolon (2007), afirma que:

Na Mesorregião Oeste Paranaense, a especialização da produção, fundamentalmente assentada no cultivo da soja, mais o fortalecimento das indústrias de processamento de produtos agrícolas e pecuários, sejam privadas ou cooperativas, somadas, ainda, à concentração da estrutura fundiária e redução da mão-de-obra empregada no campo são, sem dúvida, a marca do processo de desenvolvimento tecnológico ocorrido no bojo da produção agropecuária. (REOLON, 2007, p.95).

No momento histórico em que vivemos; a agricultura camponesa está sob pressão do mercado capitalista que a força às migrações constantes, a inserir-se no mercado internacional, a produzir monoculturas, a fornecer mão-de-obra para as empresas capitalistas, a endividar-se no sistema financeiro, a integrar-se com agroindústrias, a ser complementar à produção dos latifúndios, a consumir o pacote tecnológico das multinacionais.

Isso leva a refletir que a cidade e o campo são construções sócio-espaciais, que devem ser analisadas e fortalecidas por seus contextos, situações e singularidades. Ambos não são semelhantes e não podem ser compreendidos como regidos pela mesma lógica, pois no urbano a velocidade dos acontecimentos se processa num tempo rápido. No campo, este tempo é mais lento, as relações sociais estão mais centradas na proximidade, no cotidiano e num maior contato dos elementos físicos do quadro natural.

Desse modo, no campo a relação com a terra é uma das principais características. Embora, deva-se fazer a ressalva que com o agronegócio o campo altera, em certa medida, sua velocidade pela utilização de máquinas, cada vez mais rápidas no processo de produção, e, também, com a modificação genética de muitas plantas que conseguem desenvolver-se mais rápido.

Marechal Cândido Rondon insere-se no contexto anteriormente explicitado por ter sua produção agrícola baseada principalmente no cultivo da soja e, em menor escala (safra de verão), do milho. Este modelo de produção, aliado ao sistema de integração para produção de suínos e frango de corte, aumentou a dependência dos agricultores em relação a estes dois produtos. Com isso, a cotação realizada em Chicago (CBOT - Chicago Board of Trade) afeta diretamente a produção de commodities, determinando o custo de produção, refletindo, assim, diretamente no preço final destes produtos.

A produção do espaço urbano de Marechal Cândido Rondon esteve durante as décadas de 1970/1980 estritamente relacionada à produção agrícola, já que não havia uma política que incentivasse a instalação de indústrias no município. A partir de meados da década de 1980, iniciou-se um processo de incentivo à instalação de indústrias com o intuito de diminuir a dependência econômica do município em relação à agricultura que se baseava exclusivamente na monocultura, principalmente, da soja. As condições climáticas como, por exemplo, as secas, agravam a situação e demonstram que a monocultura representa mais risco e, cada vez mais, inviabiliza a atividade dos agricultores.

Muitos agricultores não conseguiram se manter na atividade agrícola e foram obrigados a ceder suas terras em troca de dívidas aos bancos. Assim, foram para cidade à procura de emprego, esperando construir novas perspectivas de vida.

Com isso, a área urbana começou a se expandir para suprir esta demanda que se formava em decorrência do êxodo rural, provocado pelo modelo de produção adotado no campo. Quanto ao trabalho rural, Graziano da Silva (1997) diz que:

A grande mudança está relacionada à tendência de queda do preço do commodities agrícolas. As principais *commodities* agrícolas nos últimos dez, vinte anos foram reduzidas a menos da metade do seu valor real. Isto vale para todos os países, inclusive o Brasil. A soja, o trigo e o milho são alguns exemplos. Este fato faz com que seja cada vez mais difícil viver exclusivamente da atividade agrícola, ainda mais, porque ela tem sido freqüentemente impactada por um constante avanço tecnológico e extremamente poupador de mão-de-obra. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.2/5).

O êxodo rural iniciou-se na década de 1940, com um desajuste estrutural, sem raízes de propriedade. No início dos anos 1960, restava um desafio, o de modernizar a agricultura. No Brasil, nas décadas de 1940 e de 1950, eclodiu o histórico conflito entre o campo e a cidade. Nesta época, o país “trocou” o modelo agro-exportador pelo urbano-industrial, por meio da drenagem de renda e cessão de mão-de-obra barata do campo para a cidade, sem política compensatória.

Prova disso é que o êxodo rural tem alterado, particularmente, nas últimas décadas, os padrões de ocupação do território. As cidades, que concentram hoje cerca de 80% da população, monopolizam a atenção do poder público, fazendo com que as questões rurais e ambientais sejam muitas vezes negligenciadas, o que contribui para agravar os problemas urbanos. Nos anos 1960 e 1970, um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado do campo para a periferia das cidades, “urbanizando” assim grande parte da força de trabalho agrícola e expondo-se às mais diversas privações.

Nos anos 1980, a grande mudança foi passar da cadeia produtiva estritamente agrícola à cadeia agroindustrial. Para Graziano da Silva (1997), esse fato fez surgir uma gama de diferentes tipos de serviços a esse processo produtivo, e destaca que, no final da década de 1980 e começo da década de 1990, aparece uma série de alternativas tecnológicas até então não disponíveis, alertando para a questão da renda propiciada pela atividade agrícola cada vez mais insuficiente

para manter uma família ocupada em tempo integral, e a pressão pela liberação da força de trabalho, em algumas atividades produtivas, as quais eram intensivas em mão-de-obra.

Estes fatos estão levando a agricultura, na maioria dos países do mundo, a se converter numa atividade de tempo parcial. Pelo fato da atividade agrícola estar ocupando menos espaço no meio rural e cada vez menos respondendo pela renda e ocupação da família que vive neste espaço, outras atividades “externas” têm tido uma participação maior na renda e no tempo de ocupação da mão-de-obra rural.

Segundo Graziano da Silva (1999), isto está “fazendo surgir um conjunto de outras atividades que não estão diretamente ligadas à atividade agrícola, e nem são delas derivadas, mas expressam novas funções que o meio rural vem assumindo”. Como exemplo, pode ser mencionado as atividades ligadas desde a conservação ambiental até o lazer, através da qual o meio rural vêm sendo descobertas como importante espaço de produção de lazer, moradia e prestação de serviços (turismo rural).

2.2 – A MUDANÇA DO LOCAL DE DOMICÍLIO DOS AGRICULTORES.

Na Região Oeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1990, vem ocorrendo um fenômeno com características novas no meio rural. São agricultores familiares, especialmente aqueles que não possuem vínculos de integração com empresas agroindustriais para a produção de suínos, aves e leite, e que vêm optando por transferir suas residências para os distritos e até mesmo para pequenas cidades próximas à unidade produtiva.

Com a unidade produtiva adequada à produção de culturas poupadoras de mão-de-obra, os membros da família ficam de certa forma liberados para se ocupar de outras atividades de trabalho fora do meio rural. Dessa forma este agricultor familiar procura fixar residência na área urbana dos distritos ou sede, executando atividades de trabalho temporário e, ao mesmo tempo, desenvolvendo uma agricultura com culturas temporárias e poupadoras de mão de obra como a soja, milho, mandioca, etc.

Este fenômeno vem se tornando bastante significativo, especialmente nas pequenas cidades da Região Oeste do Paraná. No município de Marechal Cândido Rondon, de acordo com

censo agropecuário (IBGE 2006), possui um total de 2.428 estabelecimentos rurais com área total de 54.315 hectares, com uma população de 9.111 (IBGE, contagem da população 2007). Como se trata de uma região de pequenas propriedades, isto significa dizer que a cada seis hectares mora uma pessoa em média. No entanto, o esvaziamento populacional no campo não significa necessariamente o abandono da atividade agrícola.

Assim, a busca por atividades não-agrícolas parece variar, em primeiro lugar, de acordo com o ciclo demográfico da família. Além disso, os elementos técnicos que influenciam a produção e as condições econômicas que se abatem localmente são fatores importantes para a decisão de mudar para cidade.

A opção pela diversificação da produção (pluriatividade⁸) através da busca de atividades fora da unidade produtiva rural pode ser entendida como derivada da necessidade de buscar fontes alternativas de renda e da expectativa de melhoria nas condições de vida para os membros da família.

O tamanho das suas propriedades⁹ representa uma forte restrição para a sua viabilização, especialmente quando dedicados apenas à produção de grãos. Esta realidade é um forte empecilho para a sua subsistência, levando-os em várias situações a desenvolver estratégias de sobrevivência, ainda que isso implique na transferência de residência.

Desta forma, o tamanho reduzido da propriedade rural, além de inviabilizar o atendimento do patamar tecnológico requerido pela produção agrícola na região, ainda dificulta a realização de investimentos para a diversificação interna da produção. Isto por que o tamanho reduzido da propriedade inviabiliza a oferta de garantia satisfatória para a obtenção de financiamentos bancários.

Por outro lado, não viabilizando a diversificação interna da produção, não possibilita a oferta de trabalho para todos os membros da família, especialmente para os filhos. Enfim, limitados a exploração de culturas “poupadoras” de mão-de-obra e de baixa rentabilidade, estas famílias buscam novas alternativas para a sua subsistência.

⁸ Pluriatividade está aqui colocada como um fenômeno através do qual os membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (Schneider, 2003, p.48).

⁹ As propriedades variam entre doze e vinte e cinco hectares, sendo que muitas delas já passaram pelo processo de desmembramento devido a questões de herança e acabaram por ter sua área fragmentada não permitindo a manutenção da família nesta área.

Fixar residência nas cidades mais próximas buscando dessa maneira diversificar as fontes de renda da família tem sido uma das alternativas empregadas por estes agricultores.

Com isso, o agricultor e a sua família procuram direcionar as decisões no sentido de que os filhos busquem ocupações de trabalho no meio urbano.

Esta é a direção para onde estes agricultores procuram se dirigir, fixando residência no meio urbano e tendo a propriedade rural, de início, como principal fonte de renda. Na seqüência esta propriedade passa a significar mais uma espécie de reserva de valor, uma segurança para um eventual fracasso nesta “nova aventura urbana”. Por isso, embora residindo no meio urbano, estes agricultores resistem muito em vender a sua propriedade (terra).

Na agricultura familiar, é a adoção da estratégia da diversificação - ou pluriatividade - que tem possibilitado a manutenção de certo padrão de vida e de “esperança” no futuro. Ela faz aumentar as fontes de renda familiar e equilibra o orçamento, mesmo em momentos de crise na agricultura, como são os casos de frustrações de safras. Segundo Graziano da Silva (1999), “*são agricultores que estão deixando de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores que combinam formas diversas de ocupação*” (assalariados ou não), em diferentes ramos de atividade, que podem ser agrícolas ou não-agrícolas.

O agricultor familiar carrega um estoque de conhecimentos tradicionais e de representações que de alguma forma condicionam as suas relações com a terra. A mudança para o meio urbano gera deslocamentos gradativos neste quadro migratório.

A difícil adaptação do agricultor à vida urbana não é percebida com a mesma intensidade pelos filhos. Em pouco tempo eles se familiarizam com o novo ambiente, com o trabalho, com um novo círculo de amigos e assim por diante. A transferência de residência do campo para a cidade provoca certa ruptura nos costumes, valores e representações, tornando menos atraente a idéia de retorno à atividade rural.

Nas famílias de agricultores grande parte das pessoas que exerce profissões fora da unidade produtiva rural são trabalhadores formais, com carteira assinada. Mesmo com remuneração baixa, o assalariamento ainda é considerado mais favorável pelos filhos, do que a dependência de áreas reduzidas de lavoura e a sua subordinação pessoal aos pais. Esta realidade conspira contra a possibilidade de retorno à atividade agrícola, mesmo quando ocorre a divisão da propriedade rural entre os filhos.

A mudança para a cidade com a exploração de outras atividades produtivas por parte do agricultor representa inicialmente a possibilidade de incremento nas fontes de renda da família e, ao mesmo tempo, a possibilidade dos filhos conquistarem certo grau de independência financeira.

Fica evidenciado, assim, que a opção pela diversificação da produção (pluriatividade) com transferência de residência para o meio urbano, pode ser considerada uma estratégia que visa não somente o incremento nas fontes de renda e oportunidades de exercício de novas atividades produtivas. Ela representa um passo intermediário em uma trajetória que somente parece se concluir com a fixação definitiva da família no meio urbano, principalmente das pequenas cidades.

2.3 – PEQUENAS CIDADES: SEUS PAPÉIS E “LUGAR” NA REDE URBANA.

Pensar a pequena cidade e seu papel na rede urbana brasileira, exige como ponto de partida, a relevância da formação sócio-espacial de tais cidades frente à região e à rede. Tal colocação não visa afirmar uma rigidez hierárquica, mas considerar as especificidades apresentadas pelos pequenos núcleos na formação e desenvolvimento urbano do país, desvendando a pluralidade de sujeitos e ações, que envolvem tais cidades em níveis distintos de complexidade e influência na rede.

Dentre as 5.507 cidades brasileiras, 4.646 estão na categoria de pequenas cidades. No estado do Paraná, dos 399 municípios, 323 tem suas sedes como pequenas cidades (IBGE, 2000). Portanto, a compreensão da rede urbana no Brasil, seja em escala nacional, ou regional, necessariamente deve levar em conta as pequenas cidades e sua articulação com outras cidades e redes mais amplas.

As considerações teóricas que seguem visam apresentar uma reflexão sobre as pequenas cidades como elementos indispensáveis no estudo da rede urbana.

É recente o fato das pequenas cidades estarem começando a entrar em pauta nas discussões sobre a rede urbana no Brasil. Endlich (2006) caracteriza da seguinte maneira as pequenas cidades:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p.85).

Discutir, portanto, o conceito de cidade não é somente argumentar sobre questões de ordem populacional, sendo assim, não devemos cair no maniqueísmo de taxar as pequenas cidades somente pelo critério demográfico, ou seja, pelo número populacional de cada centro. Desta forma, devemos considerar o aspecto qualitativo das cidades que reúne e abrange relações importantes como o grau de complexidade econômica e um papel significativo, arranjado pela escala do capital.

Pequenas cidades com um contingente demográfico similar podem guardar profundas e significativas diferenças em sua constituição ao longo da história e no processo espacial que culminou com a sua atual função no sistema urbano. Dessa forma, quais são os equipamentos e serviços urbanos que a cidade dispõe? Sua importância é apenas local, ou ela extrapola os limites municipais e mesmo sendo pequena, alcança outras cidades?

Em sua pesquisa sobre a rede urbana do Noroeste do Paraná e suas pequenas cidades, Endlich atestou que:

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais. (ENDLICH, 2006, p. 52)

As afirmações de Endlich (2006) são importantes para uma maior clareza no entendimento de que entre as pequenas cidades, para além das diferenças, também há uma hierarquia. Se entre as metrópoles há diferenças no papel e significado, entre pequenas cidades também há profundas diferenças. E estas diferenças fazem com que determinadas pequenas cidades polarizem outras. As que polarizam foram denominadas pela autora de *pólos microrregionais*. E as que são polarizadas pelos *pólos microrregionais* podem ser entendidas como cidades locais, de acordo com as definições de Santos (1979):

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (SANTOS, 1979, p. 70-71)

As cidades locais dificilmente vão extrapolar os limites municipais e influenciar outras, visto que, desse modo, deixariam de ser locais. Elas são dotadas de equipamentos, bens e serviços mais simples e atendem às necessidades mínimas da população local.

A presença de atividades de serviço e de comércio é essencial também em sua caracterização, diferente, portanto, das atividades industriais que, muito embora estimulem o surgimento de outras funções, não são consideradas essenciais. Pode-se a partir desse critério avaliar o papel que a cidade desempenha no contexto regional.

Ainda não se chegou sequer a um consenso sobre o qual o critério mais adequado para diferenciar uma pequena cidade de uma “aglomeração”. Na realidade, é somente agora que se está discutindo os métodos de classificação das cidades pequenas com maior intensidade.

Contudo, o critério mais usado para distinguir as pequenas cidades das zonas rurais é aquele estabelecido pelas instituições internacionais que adotaram um marco numérico de 20 mil habitantes. Este patamar também foi adotado por Wanderley (2001) que ao afirmar que “*o número de municípios com este perfil [20.000 hab.] [...] em 1994, correspondiam a 72,6% dos municípios brasileiros*”. A autora buscava compreender determinados núcleos urbanos nordestinos pela relação com o rural, enfatizando as inter-relações de produção do espaço urbano e a formação das redes regionais, salientando que a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática.

Bastante radical também é a posição de José Eli da Veiga (2001), que contesta até mesmo o grau de urbanização do Brasil, que considera urbanas regiões que desempenham funções de zonas rurais. Para este autor o nível de urbanização do Brasil é uma ficção estatística, com isso faz um questionamento e crítica a metodologia oficial utilizada pelo IBGE, para Veiga (2001) a estimativa do “grau de urbanização” adotada no Brasil está obsoleta. O autor indaga: “*Será razoável que no início do século XXI se considere “cidade” um aglomerado de menos de 20 mil pessoas?*” (VEIGA, 2001, p.63).

Portanto, a questão do Brasil ser urbano, ou não, é mais ampla do que seus dados demográficos, vistos sem historicidade. Todavia, recuperar a discussão, contrapondo elementos históricos do Brasil, demonstra que intensas mutações ocorreram com a economia, território, sociedade e, enfim, com a cultura brasileira. Apesar de tantos “solavancos”, as desigualdades sociais prosseguem. Como afirma Harvey (1980) “*A pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano*”.

Na verdade, o que é mais importante não é chegar num consenso sobre qual é a dimensão mais apropriada para definir as pequenas cidades, mas sim descobrir qual a sua função no “sistema urbano” e o porquê de sua existência no contexto regional ou nacional.

Nas últimas décadas, o êxodo rural e o aumento da população urbana impulsionaram o crescimento das cidades, alterando o processo de produção do espaço urbano, o que refletiu na construção de uma nova realidade social de maneira a atender a lógica do capital que comanda este processo. Esta produção é guiada pelas leis do capitalismo contemporâneo, e visam reproduzir a lógica desse sistema, sendo decisivo no modo de organização dos espaços internos das cidades.

Nesse contexto, a cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. E sua estrutura é marcada por uma área central, área mais dinâmica, onde estão o comércio e os lugares de trabalho mais significativos, concentra-se o maior movimento e acontecem as coisas mais importantes. À medida que as cidades crescem vão se formando centros secundários e centros de bairros.

Analisando as últimas quatro décadas, observa-se que a cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no Oeste do Paraná, nossa preocupação de estudo, passou por rápidas e intensas transformações, em função de vários fatores, provocadas por diversos agentes de produção do espaço. Isso pode ser notado pelo surgimento de novos bairros, pela expansão do centro e pela produção de novos espaços de consumo, o que, por sua vez, acarretou na formação de uma nova morfologia da cidade.

A reflexão sobre as pequenas cidades surgiu da necessidade de compreender a dinâmica desses núcleos que, embora sejam definidas como cidades, apresentam um modo de vida muitas vezes mais “ruralizada” do que urbana. Nesse sentido, “*o urbano é a representação do modelo de vida e a cidade a materialização deste modelo*” (BACELAR, 2003, p.2), podendo-se definir cidade como a materialização do urbano.

A expansão das cidades e de sua crescente área de influência iniciou uma mudança que passou de lugares e padrões de vida predominantemente rurais para predominantemente urbanos, afetando a maioria dos países nos últimos anos. Atualmente, não somente grande número de pessoas vive em cidades ou em suas imediações, mas segmentos inteiros da população são completamente dominados pelos valores, expectativa e estilos de vida urbana.

Desde a sua origem, como um lugar de emprego não-agrícola, a cidade tornou-se o foco dos maiores estímulos sociais, culturais e intelectuais na sociedade urbana moderna. O desenvolvimento urbano é o processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos.

É importante, todavia, assinalar uma distinção clara e firme entre os dois processos principais de desenvolvimento urbano: crescimento urbano e urbanização. O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular.

A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorreram na sociedade, como resultado de pessoas morando nas cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas de estilo de vida, que ocorre do impacto das cidades sobre a sociedade. Historicamente, esses dois processos foram interdependentes. De acordo com Santos (1965):

(...) é muito antigo o problema de definir corretamente o que seja uma cidade. A cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem, e, por outro lado, preside as relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência. (SANTOS, 1965, p. 131)

Pode-se definir espaço urbano como sendo a superfície ocupada pelas cidades. Compreendem as áreas construídas, a rede urbana de ruas, as implantações de empresas industriais e de transporte, os jardins, os parques de diversão e áreas de lazer, colocados ao alcance imediato de quem habita este espaço citadino. Com relação ao crescimento da cidade, Sposito (2004) diz que:

Para crescer territorialmente, a cidade vai ocupando áreas que, anteriormente, eram utilizadas para agricultura, pecuária, extrativismo. Essas áreas são divididas em lotes, que variam de tamanho conforme o país e a região, e que são

orientados por um traçado de ruas e avenidas, que serão à base da circulação futura de pessoas e mercadorias. (SPOSITO 2004, p. 24)

O crescimento populacional é um dos principais fatores responsáveis pela expansão urbana. Esse crescimento está diretamente ligado a fatores de atração, de ordem econômica, em especial a oferta de empregos. O aumento das atividades econômicas no meio urbano gera aglomeração humana na cidade que, por sua vez, provoca tanto mudanças na intensidade de ocupação do espaço urbano, como a expansão física da cidade.

Os problemas que as cidades enfrentam a partir de um determinado estágio de crescimento - seja ele populacional ou territorial - são bem conhecidos, como o déficit habitacional, a poluição do ar, das águas, carência de infra-estrutura básica, dificuldades de locomoção, e conseqüentemente, diminuição da qualidade de vida dos habitantes.

De acordo com Engel e Soares (2003):

No Brasil, as transformações nas formas de organização da produção ocorridas nos últimos 30 anos, como a modernização agrícola; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global; os padrões de mobilidade espacial; e, conseqüentemente, a constituição de novas redes de interações espaciais, que caracterizam a reestruturação espacial e social, vem ocasionando uma significativa alteração na dinâmica inter e intra-urbanas.

A partir de 1970, o processo de modernização do campo afetou grande parte do território brasileiro. Por outro lado, a modernização do campo afetou sobremaneira a urbanização, à medida que a partir, dela tornou-se possível, nas cidades das regiões agrícolas modernizadas, a adoção de algumas outras inovações, principalmente aquelas ligadas à prestação de serviços, bem como aquelas ligadas à informação, comunicação e ao mundo financeiro. (ENGEL E SOARES, 2003, p.1).

Isto demonstra que nas cidades que compõem a região Oeste do Paraná as relações sociais econômicas e políticas estão diretamente dependentes do setor agrícola. Santos (1994) demonstra que, as cidades que compõem as regiões agrícolas, estão diretamente ligadas e são dependentes das atividades agrícolas, por meio das quais se representa a inter-relação do mundo rural e urbano. Este autor ainda coloca que nessas cidades é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano.

O município de Marechal Cândido Rondon, assim como a maioria dos pequenos municípios da Região Oeste do Paraná, apresenta o crescimento da área urbana diretamente

vinculada ao desenvolvimento das atividades rurais, visto que as atividades urbanas estão direta ou indiretamente dependentes do espaço rural.

Esta forte interação rural e urbana, em Marechal Cândido Rondon, é originada nas transformações econômicas ao longo do tempo, que fizeram com que a população rural diversificasse seu ramo de atuação, inserindo-se cada vez mais nas atividades urbanas.

No entanto, a ida do “homem rural” para cidade não ocorre apenas pela necessidade econômica, ocorre também através do processo educativo, pelos meios de comunicações, entre outros, e desta forma, os valores da sociedade urbana invadem as casas rurais e os valores da sociedade rural invadem as casas urbanas. As populações das pequenas cidades se diferenciam das populações das cidades grandes justamente pela interação entre o rural e o urbano.

As pequenas cidades da região Oeste do Paraná conseguiram se inserir em uma rede urbana mais articulada (com maior intensidade somente a partir da década de 1990), pois deixaram de ser apenas uma base para o desenvolvimento agrícola e passaram a ser condicionante de sua reprodução.

Para que isto fosse possível, foi necessário ocorrer uma ampliação dos seus papéis calcados em atividades de caráter urbano e vinculados aos processos de modernização da agropecuária apenas no sentido de atender às demandas da agropecuária (insumos, maquinário, beneficiamento, armazenamento, crédito, etc.), e ao consumo pessoal do restante da população.

Neste sentido é que o desenvolvimento das pequenas cidades foi orientado pela modernização agrícola, pois foi ela quem permitiu que as pequenas cidades deixassem de ser apenas cidades no campo e passassem a ser cidades do campo, repleta de funções e responsabilidades.

Neste contexto é que se faz necessário a caracterização do espaço determinado para estudo, a Região Oeste do Paraná e de forma mais específica o município de Marechal Cândido Rondon, que tem na agropecuária sua principal base produtiva e como esta é fator determinante para a produção do espaço urbano.

CAPÍTULO III

3 – MARECHAL CÂNDIDO RONDON: PROCESSO DE FORMAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICO-PRODUTIVA ATUAL

As características espaciais e culturais de um município são influenciadas pelo seu processo de ocupação. A partir da investigação do processo histórico de ocupação de Marechal Cândido Rondon, é possível reconhecer sua dinâmica de formação e expansão, proporcionando a compreensão acerca da organização espacial e da influência cultural deste município.

O objetivo deste capítulo é apresentar como a organização espacial de Marechal Cândido Rondon obedeceu a critérios estabelecidos no planejamento realizado e executado pela Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. – MARIPÁ, que fixou o tamanho das propriedades rurais e urbanas, e instituiu o plano piloto da sede municipal.

Ao colonizar o município, a Companhia MARIPÁ também foi responsável pela influência cultural mais marcante (alemã, italiana, polonesa e outras) trazida pelos descendentes de europeus que migraram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em busca de terras para o desenvolvimento da agricultura. A colonização do município foi dirigida com base na pequena propriedade.

Através desta leitura e da compreensão do processo de ocupação, podemos desvendar o espaço e a cultura do município de Marechal Cândido Rondon, reconhecendo a partir das paisagens da cidade e a organização do espaço urbano, como conseqüências dos fatos históricos desta ocupação.

O Oeste do Paraná é um importante objeto de pesquisa, pois se constitui numa área de formação socioeconômica recente, cuja ocupação é resultante fundamentalmente de movimentos migratório colonizadores, especialmente oriundos do Sul do Brasil, a partir de 1946. Neste período, a região inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional voltado para ocupação das fronteiras e no processo de transnacionalização do capital, acolhendo grandes contingentes populacionais provindos, em sua maior parte, das antigas zonas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estruturadas com base na pequena propriedade familiar.

Porém, a redução das oportunidades de inserção da fronteira agrícola da área coincide com o desenvolvimento agroindustrial e com importantes mudanças no padrão produtivo do Estado, alavancado pela modernização da agricultura e inserção do plantio de soja como a principal cultura. Assim o período (década de 1980) que segue é marcado por grandes fluxos de saída do Paraná que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país.

Após a etapa de colonização inicial, quando houve grande redução dos recursos naturais pelo extrativismo, de 1946 até 1959, ocorre ali um momento de transição ligando a decadência extrativista, com a expansão da “fronteira agrícola regional”, aos movimentos de capital no país, de tal modo que, na década de 1960, ocorreu na região uma série de ajustes no setor agrícola, que iniciou uma acelerada modernização da sua produção agrícola. Assim, *quando a década de 1970 começa a área se insere de modo efetivo no projeto nacional de base agro-exportadora* (RIPPEL, 1997).

Deste modo, de 1971 a 1979 a agricultura regional sofreu grandes transformações resultantes da modernização na agricultura nacional, que se voltou para o atendimento à demanda externa por proteínas vegetais (tendo como principal produto fornecedor desta proteína a soja) no mercado internacional¹⁰. Isto, somado à condição de relevo e fertilidade do solo da área, possibilitou intensa mecanização, o que rebateu diretamente no comportamento de absorção ou repulsão de indivíduos na região, ou seja, um intenso processo migratório.

Contudo, o que se percebe é que a grande expansão populacional da região nas décadas de 1950 a 1970 estava atrelada à grande quantidade disponível de terras agrícolas para venda, fato que estimulou a migração, embasando a economia regional inicialmente na policultura (RIPPEL, 1997).

Porém, após 1970 deu-se uma intensa modernização da produção agrícola local e regional voltada à exportação, alterando profundamente a capacidade de absorção e manutenção da mão-de-obra rural, provocando uma forte queda no fluxo de migrantes para a região.

¹⁰ Segundo o IPARDES (1981, p.44 – 61) a evolução do cultivo da soja no Extremo-Oeste, cujo resultado é a participação em mais de 1/3 da produção estadual em 1970, explica-se basicamente a partir de duas destinações delas ao produto. A primeira refere-se ao fato de que o alto valor protéico deste produto foi responsável pela sua difusão na alimentação animal, especialmente do rebanho suíno. E que é a partir desta destinação que se explica a introdução da soja na região, bem como no sudoeste paranaense, ainda na década de 1950, pelos colonos, os quais consorciavam o cultivo da soja com o milho. Outra destinação dada ao produto era a comercialização, através da qual o mesmo seguia para as indústrias de óleos vegetais ou para exportação. Esta destinação que foi introduzida no Paraná ainda na década de 1950 e passou a predominar a partir do final da década de 1960, impulsionada pela demanda externa.

Tal qual apontado por Magalhães (1996), isso, mais as dificuldades observadas no setor agrícola do país no final da década de 1970 (condições climáticas desfavoráveis e o início do endividamento dos agricultores) e o represamento do Rio Paraná para a formação do Lago de Itaipu, “geraram diversos problemas sociais e econômicos e provocou, a partir de 1980, um movimento de expulsão de pequenos proprietários de suas terras”.

Desse modo, num curto espaço de tempo, uma verdadeira “revolução tecnológica¹¹” ocorreu na região, suscitando grandes transformações econômicas com efeitos contundentes sobre a dinâmica de crescimento e distribuição da população, tanto para as cidades como para outras regiões do Estado e do País.

Pois, segundo Martine (1995),

de região receptora de grandes fluxos migratórios, o Paraná e (principalmente a região Oeste do Paraná com os municípios ribeirinhos ao lago de Itaipu) passou, em curto espaço de tempo, a constituir-se numa das principais áreas de emigração do país (destino desta emigração foi Rondônia, Norte do Mato Grosso, Goiás sul do Pará, Paraguai e Bolívia). (MARTINE, 1995, p.19).

3.1 – COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, que ainda conta com mais de sete mil quilômetros de costa, o processo de ocupação se deu de maneira paulatina, gerando sucessivas ondas de povoamento e exploração econômica de áreas de fronteiras. Ainda no período Colonial, a busca por riquezas (Ouro e pedras preciosas, etc.) no interior do território comandou esse processo, fazendo com que ao longo de antigas rotas comerciais se desenvolvesse uma rede urbana que desse sustentação ao escoamento da produção (riquezas). A expansão das culturas de café a partir do final do século XIX deflagrou a ocupação de diversas áreas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

¹¹ Esta revolução tecnológica só foi possível com a importação das tecnologias, máquinas e práticas oriundas de outros centros produtores (Estados Unidos e Europa) e no Brasil com a criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 07 de Dezembro de 1972 pela Lei nº 5.881, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura. ([HTTP://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa](http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa). Acessado em 07/09/2009).

No entanto, foi na segunda metade do século XX que a ocupação de fronteiras se deu de maneira mais intensa, com a implementação de uma série de estratégias comandadas pelo Governo Federal. A transferência da capital federal para Brasília e a construção de uma série de rodovias e projetos desenvolvimentistas abriram as até então inacessíveis terras da Região Amazônica, gerando intensos fluxos populacionais.

Graças a essas medidas, sucederam-se ao longo do século XX diversos movimentos de fronteira à medida que o território brasileiro ia sendo “desbravado”. Assim se deu no Oeste Paranaense, Oeste Maranhense, Sul do Pará, Norte do Mato Grosso, Rondônia, Acre, Tocantins, Amazonas e Roraima.

No bojo deste processo é que, de maneira mais intensa, ocorreu a ocupação da região Oeste do Paraná, fomentada, sobretudo, pelo movimento iniciado durante o governo de Getúlio Vargas, denominado Marcha para o Oeste (GREGORY, 2002. p89/103).

A Marcha para o Oeste foi um movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de tornar mais densa a ocupação do interior do território brasileiro, tanto em caráter humano, quanto econômico. A política do governo Vargas tinha intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no Sudeste.

O objetivo fundamental do programa era, sem dúvida alguma, quebrar os desequilíbrios regionais pela implantação de uma política demográfica que incentivasse a migração, na tentativa de diminuir o desequilíbrio populacional existente entre as diversas regiões do país.

Este movimento teve importante contribuição para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”, cujo domínio era exercido pelos obrageros¹², sobretudo argentinos, que exploravam “ilegalmente” a erva-mate e a madeira nativa deste espaço (WACHOWICZ, 1987, p119.).

Tal violação da legalidade ambiental e territorial ocorria em consonância com os abusos contra a força de trabalho - os mensus¹³ - de origem majoritariamente paraguaia. Os mensus trabalhavam num regime de, pode-se dizer, escravidão implícita, já que recebiam uma

¹² O obragero era o proprietário da obrage, isto é, um empreendimento econômico baseado no latifúndio extrativista e em relações de trabalho de “servidão” (GREGORY, 2002, p. 89).

¹³ Os mensus, uma derivação do espanhol mensualista, eram trabalhadores e sua mão-de-obra empregada nos trabalhos de extração de madeiras e erva mate. Sua arregimentação era feita pela força e eles deviam obediência irrestrita aos obrageros e seus capatazes, verdadeiros monarcas, com poder de vida e morte sobre os trabalhadores.

remuneração supostamente calculada sobre a contribuição que era capaz de oferecer ao produto da obra, entretanto, dificilmente conseguiam saldar as dívidas que possuíam no armazém do estabelecimento obragero (WACHOWICHZ, 1987, p.224).

A área estudada nesta pesquisa é parte do território paranaense, atualmente dividido em 399 municípios, com seus respectivos núcleos urbanos, originados em diversos períodos históricos, desde Paranaguá no século XVII, Antonina, Morretes e Guaratuba no século XVIII, do momento das incursões em busca de ouro até dinâmicas mais recentes que promoveram os últimos desmembramentos na década de 1990.

Considerando-se os objetivos da Marcha para o Oeste - primeiramente a extração da madeira e, em seguida, a produção agrícola - pode-se dizer que a fronteira ocidental paranaense se constituía num local apropriado para o desenvolvimento de tais atividades.

Para que estas atividades pudessem ser realizadas medidas foram adotadas, e uma delas foi o desenvolvimento do programa rodoviário Marcha para Oeste, que resultou na construção da BR 035¹⁴, inaugurada em 1944, e a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943¹⁵ (SPERANÇA, 1992, p.121).

As primeiras cidades do Sudoeste paranaense surgiram por razões de segurança militar, nos fins do século XVIII e início do século XIX, como Foz do Iguaçu, Laranjeiras e, posteriormente, Pato Branco. Na década de 1920, houve a chegada de migrantes do Sul que se estabeleceram nesta área e, na década de 1930, foram criados núcleos por iniciativas estatais ou privadas, como Toledo e Cascavel, dentre outras (PADIS, 1981, p. 149-151).

A despeito da efemeridade do território Federal do Iguaçu, extinto em 1946, instalaram-se na região inúmeras imobiliárias, cujo capital era, na maior parte das vezes, gaúcho. (WACHOWICHZ, 1987, p.228/229). Da mesma forma, a procedência gaúcha dos migrantes também foi privilegiada pelas colonizadoras, cujo fato pode ser, em parte, ilustrado pelos dados do censo demográfico de 1970: dos imigrantes que permaneciam na região Oeste do Paraná na década de 1970, as maiores parcelas correspondiam à população proveniente do estado do Paraná (57,43%), seguido por Rio Grande do Sul (17,94%) e Santa Catarina (12,35%) (IBGE, 1970). Tais estatísticas também demonstram que, em Marechal Cândido Rondon e Medianeira, os

¹⁴ A BR - 035 possuiu o mesmo traçado da atual rodovia BR 277, ou seja, ligava Paranaguá a Foz do Iguaçu, passando por Cascavel (SPERANÇA, 1992).

¹⁵ O Território Federal do Iguaçu abrangia as regiões oeste e sudoeste do Paraná e região oeste de Santa Catarina, tendo Foz do Iguaçu como sua primeira capital, e transferida para Laranjeiras do Sul em 1944 (SPERANÇA, 1992, p. 121).

imigrantes gaúchos superavam os paranaenses em número, representando, respectivamente, 52,91 e 47,02% das pessoas não naturais desses municípios (IBGE, 1970).

A formação da maioria dos núcleos urbanos existentes na região Oeste ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, resultando, de maneira geral, de empreendimentos imobiliários privados e estatais associados à instalação da economia agrícola.

Segundo Gregory (2002),

As principais colonizadoras que atuaram na região foram: a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (MARIPÁ), a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves, a Colonizadora Matêlandia e a Colonizadora Criciúma. Essas companhias foram criadas para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria (GREGORY, 2002, p. 93).

Todavia, é necessário destacar a Colonizadora Norte do Paraná, que também parece ter obtido algum êxito ao promover a ocupação demográfica do vale do Rio Piquiri – situado ao Norte da região Oeste – especialmente no que diz respeito a Assis Chateaubriand. Porém, assim como Assis Chateaubriand, outros municípios situados especialmente na parte setentrional da Região Oeste do Paraná também tiveram os nordestinos como seus migrantes majoritários, pois a maior parte dos primeiros moradores destas áreas eram oriundos da região norte do Paraná.

Este grande contingente de migrantes se concentrou nos municípios de Guaíra, Palotina, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste, Braganey, Ouro Verde do Oeste, Cafelândia, Tupãssi e Corbélia. Indicados na **FIGURA 01**.

Entretanto, os indivíduos de várias descendências nem sempre viviam na mesma comunidade. No município de Toledo, por exemplo, onde a colonização se deu através da MARIPÁ, foram fundadas, logo no início do processo de colonização, algumas vilas, como: General Rondon¹⁶, Novo Sarandi, Nova Concórdia, onde passaram a predominar grupos de indivíduos de uma única descendência, sendo predominantemente germânica e italiana. Todavia, principalmente devido à atuação de colonizadoras como a MARIPÁ, no que diz respeito à estruturação do espaço, a região oeste paranaense possui tanto uma distribuição populacional, quanto um arranjo espacial dos seus pólos regionais peculiares.

¹⁶ O distrito de General Rondon criado em 1953, foi emancipado do município de Toledo em 25 de julho de 1960 e atualmente é denominado de Marechal Cândido Rondon.

Além disso, as políticas de ocupação do espaço agrário, propostas pelas companhias, geraram resultados ainda muito perceptíveis na economia e paisagem regional.

A criação de suínos é um exemplo disso: viável para ser produzido em pequenas propriedades, representava, na década de 1950, tanto quanto representa ainda hoje, uma das principais atividades econômicas de Toledo e região, que está demonstrada na **FIGURA 02**.

Em 1949, iniciou-se efetivamente a formação dos núcleos, vilas e cidades, de forma planejada. A Companhia também formava sedes ou núcleos de colonização com estrutura de apoio aos migrantes, e General Rondon foi um deles.

Para isso, a MARIPÁ escolheu também o grupo humano que ocuparia as terras, que eram divididas em glebas com lotes de 25 hectares, todos com curso d'água. A estrutura fundiária organizava-se expressivamente sobre a pequena propriedade, com orientação para a diversificação da produção agrícola, auxiliando na circulação e comercialização dos produtos.

O elemento humano escolhido para ocupar esse território foi o colono gaúcho e em parte o catarinense, descendentes de imigrantes alemães ou italianos.

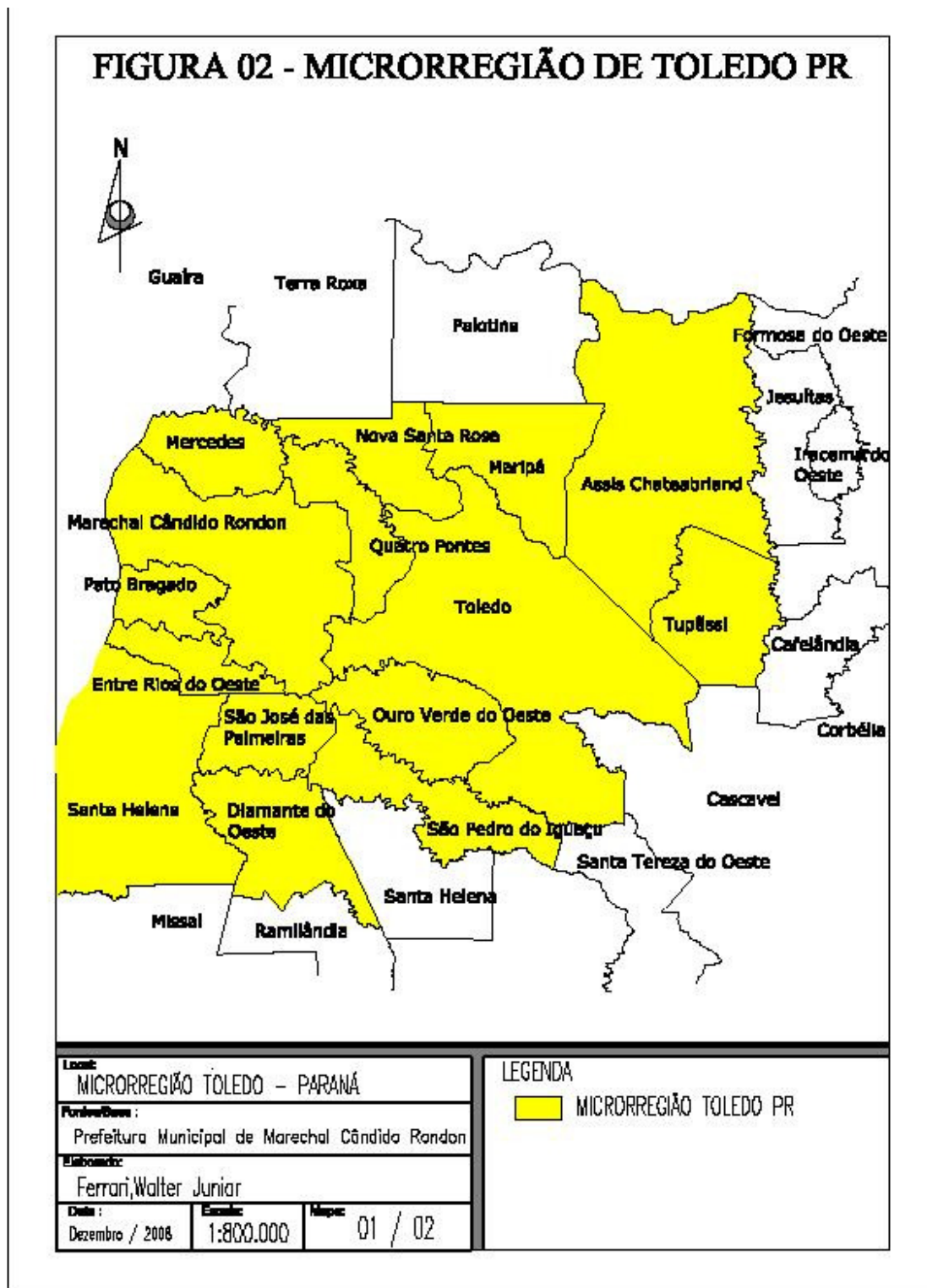
Agricultores de origem italiana, polonesa e principalmente alemã, provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, constituíram uma corrente povoadora para o oeste paranaense a partir da década de 1920, sendo mais acentuada a partir de 1950 (BALHANA 1969, p.218).

A experiência na vida rural justificava a preferência por essa população (WACHOWICZ, 1987), que era seduzida pela propaganda, através de panfletos e notícias de rádio, que circulavam em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ressaltando a qualidade das terras paranaenses (PFLUCK, 2002). Esta propaganda e o grande volume de migrantes que se deslocam para a região, agregaram muito valor às terras paranaenses.

Contudo, esses agricultores não migraram sozinhos. Eles trouxeram consigo parentes e amigos, porque os laços familiares eram mais fortes do que os laços mantidos com o local onde viviam. Tem-se a impressão de que este fato se tornou imprescindível para que estes migrantes conseguissem se adaptar a uma nova realidade e, conseqüentemente, à sua nova territorialidade.

Sendo assim, com mão-de-obra familiar e experiência na atividade agrícola, produtores agrícolas que adquiriram lotes da MARIPÁ, migraram para a região com o objetivo principal de continuar a sua reprodução como trabalhadores agrícolas.

FIGURA 2. MICRORREGIÃO DE TOLEDO



3.2 – FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E SUA ESTRUTURA PRODUTIVA

Em 1953, a então vila General Rondon tornou-se Distrito Administrativo de Toledo. Em 25 de Julho de 1960, por meio da Lei Estadual 4.245 sancionada pelo então governador Moisés Lupion, esta vila passou à condição de município, sendo desmembrado dos municípios de Toledo e Foz do Iguaçu.

O município de Marechal Cândido Rondon foi instalado a 02 de dezembro de 1961, com uma área de 1.047 Km². A denominação de General Rondon foi uma homenagem a Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que esteve na região em inspeção de fronteira, e na instalação de linhas telegráficas.

O município de Marechal Cândido Rondon compreende atualmente uma área de 780 Km², a distância de Curitiba, capital do Estado do Paraná, é de 631 km.

Marechal Cândido Rondon pertence à microrregião de Toledo, a qual, juntamente com as microrregiões de Cascavel e Foz do Iguaçu, pertence à Mesorregião geográfica do Oeste do Paraná, identificado na **FIGURA 03**, está localizado entre as coordenadas, 24° 26' e 24° 46' de latitude sul e 53° 57' e 54° 22' de longitude Oeste.

O município situa-se no extremo Oeste do terceiro planalto paranaense, ao norte da Hidrelétrica de Itaipu, e à margem esquerda do Rio Paraná. Apresenta os seguintes limites municipais: a leste, o município de Quatro Pontes; a sudeste, Ouro Verde do Oeste; ao Sul, São José das Palmeiras; a sudoeste, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado; a oeste, a República do Paraguai e, a norte, o município de Mercedes. O distrito sede possui 253,08 Km², ou seja, 28,7% da área municipal, sendo 71,3% distribuídos em sete distritos oficializados: Bom Jardim, Iguiporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque. Demonstrado na **FIGURA 04**.

Inicialmente, a economia do município estruturava-se na predominância da agricultura de subsistência, tendo como principais culturas o milho, o feijão, arroz e a mandioca e animais como: suínos, bovinos. Com o aumento populacional, a atividade agrícola ganha impulso e dinamismo, surgindo à necessidade de programar a produção para atender às necessidades de consumo da população urbana.

FIGURA 3. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.

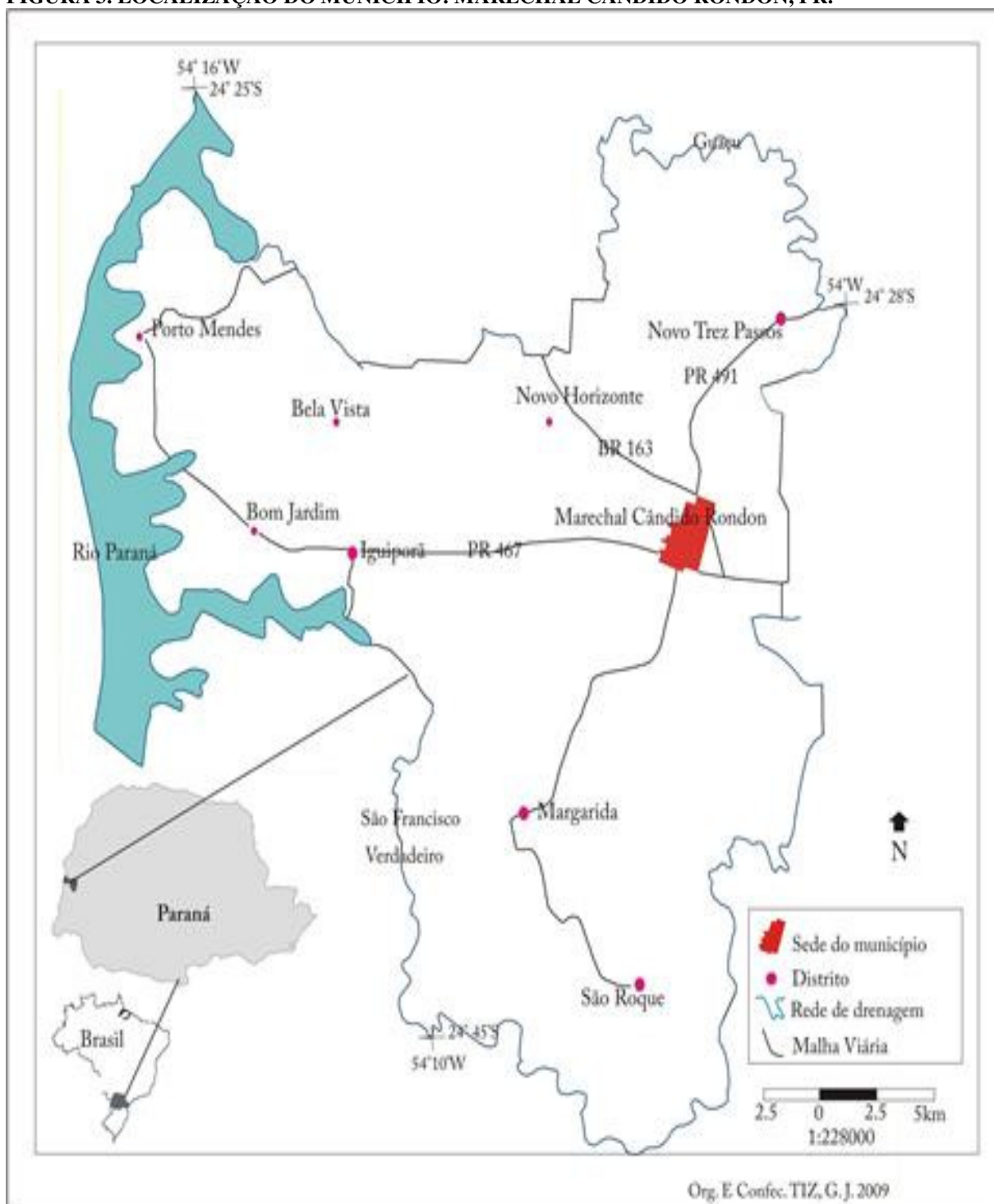
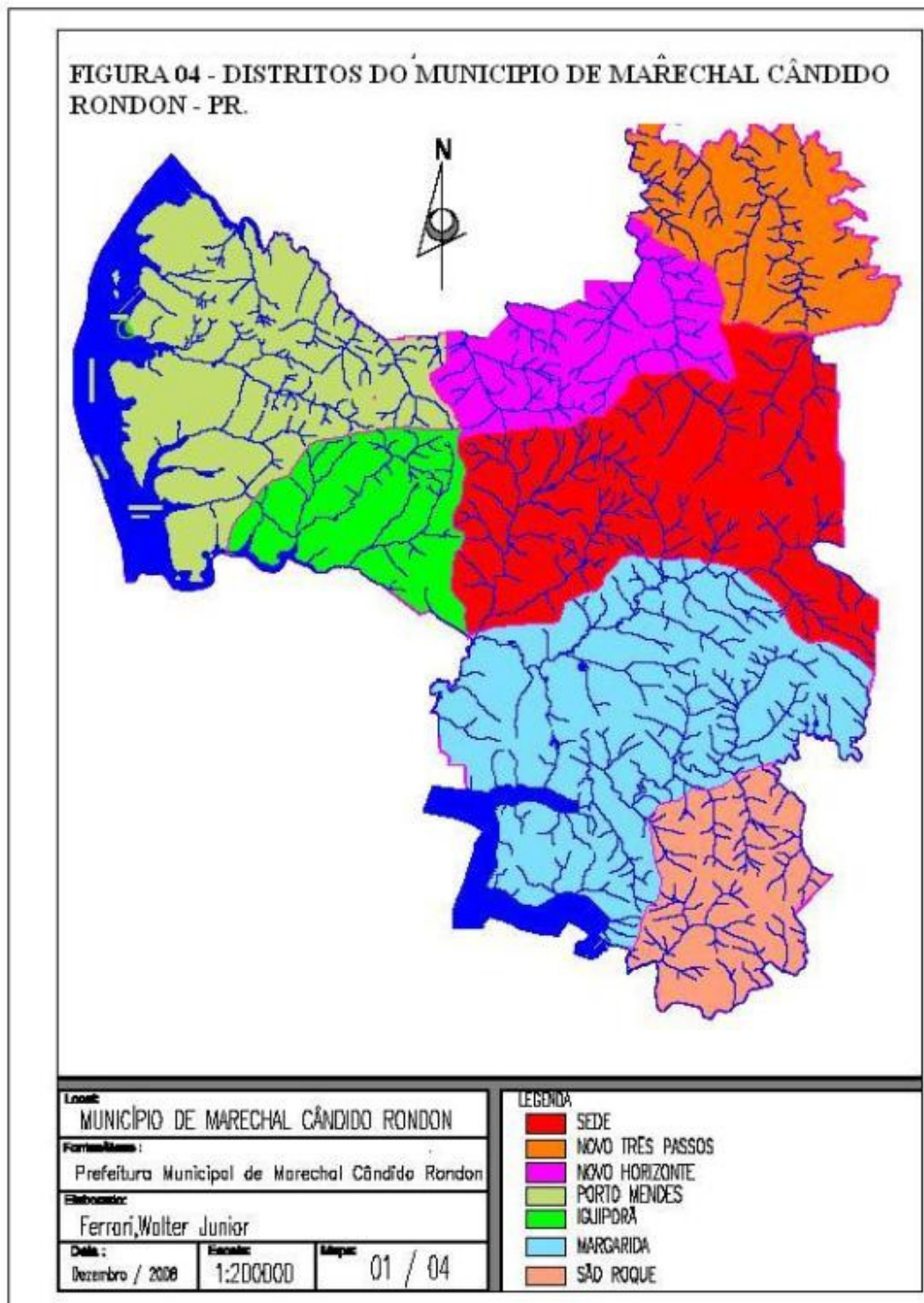


FIGURA 4. LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.



Outro fator que contribuiu para o dinamismo econômico foi o crescimento das relações comerciais com outros municípios, que provocou intensificação da necessidade não só de aumento da produção, mas também de sua diversificação. Com isso, o município vai buscar, através de implementos diversos na economia, uma posição no espaço regional e estadual, tendo como base a cultura do milho, trigo e da soja, o que propiciou a este município destaque na produção estadual.

A economia local baseia-se na agropecuária (soja, mandioca, milho, frutas, fumo, feijão, aveia, arroz, amendoim, gado bovino de leite, aves, suínos, silvicultura, pesca), na agroindústria (laticínios, alimentos), na indústria (extrativa, construção, transformação, móveis, alimentos) e nos serviços, principalmente (IBGE, 2006).

Como sistema de produção, a agricultura de subsistência era a principal atividade praticada por estes agricultores familiares que migraram para a região Oeste do Paraná, continuando com o mesmo sistema de produção do seu lugar de origem (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em que se destacavam produtos como o trigo, o milho, a mandioca, a batata, hortaliças, fruticultura, além de aves, suínos, alguns bovinos e eqüinos.

Eram produtos que, em grande parte, não se transformavam em mercadoria, possuindo apenas valor de uso. Logo, apenas o excedente era comercializado, primeiramente entre os vizinhos e, secundariamente, com comerciantes de locais próximos.

As relações de trabalho apresentavam-se genuinamente familiares e cooperativas entre as famílias, que faziam mutirões em momentos como o do desmatamento, da sementeira e colheita dos produtos.

A agricultura camponesa prima pela diversificação na produção, portanto, não é monocultora e combina produção animal com produção vegetal e esta produção tem um papel importante para a subsistência familiar. A posse da terra é um dos elementos fundamentais da constituição do espaço de liberdade proporcionado por esta forma de produzir alimentos e de viver.

A partir de meados da década de 1960, com a implantação do processo de modernização da agricultura, a relação da agricultura familiar, que até então ocorria no nível comercial, passou a ocorrer também com o capital financeiro e industrial. Com o golpe militar de 1964, as políticas agrárias dos governos anteriores perderam sustentação, os movimentos dos trabalhadores rurais

foram reprimidos e se estabeleceram as bases para as novas políticas econômicas, especialmente as que se referiam à modernização e à industrialização da produção agrícola.

Assim, ao mesmo tempo em que as indústrias passavam a comprar os produtos agrícolas dos agricultores, vendiam sementes, agrotóxicos e equipamentos, financiados primeiramente por bancos oficiais e, mais tarde, pelos demais. Neste sentido, Martins (1997) argumenta que;

O caso brasileiro recente mostra que a expansão territorial do capital e sua extensão às atividades agropecuárias não se dá exclusivamente nem predominantemente como resultado de reaplicação de capital num setor econômico novo, ao contrário, ela se apóia em incentivos fiscais e subsídios governamentais. (MARTINS, 1997, p.97)

Este foi um reflexo das políticas agrícolas estatais que tinham como meta principal o aumento nas exportações de soja e o incremento na produção do trigo para consumo interno, produtos estes que tinham expressiva produção no município e na região. Assim, durante toda a década de 1970 e parte da década de 1980, o binômio soja/milho (safra de verão) e milho/trigo (safrinha) foi cultivado em detrimento de outros cultivos de subsistência.

O desenvolvimento promovido pelo fluxo colonizador voltado à agropecuária, especialmente à suinocultura, mobilizou o aproveitamento desta matéria-prima e motivou, assim, um grupo de rondonenses para a instalação da primeira indústria em 1963, o Frigorífico Rondon. Posteriormente, com a ampliação do plantio da soja, surgiu, em 1966, a empresa Comércio e Indústria de Óleos Vegetais S/A.

Neste contexto é que um grupo de agricultores fundou a primeira cooperativa em Marechal Cândido Rondon (COPAGRIL), sendo que o mecanismo de atuação de uma cooperativa de produtores rurais é unir os produtores, e através da união eliminar do processo de intermediação através da figura do atravessador. Isso mostra a ansiedade com que uma cooperativa é recebida em qualquer espaço onde é implantada.

A COPAGRIL iniciou suas atividades em 01/09/1970, funcionando inicialmente em prédio alugado, situado no centro de Marechal Cândido Rondon, recebendo os primeiros produtos de seus associados em armazém inflável, instalado provisoriamente pela Central Brasileira de Armazéns – CIBRAZEM. (A COPAGRIL concluía seu primeiro ano de atividades, contando já com 352 associados e cinco funcionários).

Neste período, Marechal Candido Rondon assim como outros municípios da região representou uma nova *fronteira* a este capital agroindustrial, haja vista o perfil da produção agrícola, de suínos e sua integração no mercado nacional.

A base econômica da região é a “agricultura familiar¹⁷”. De acordo com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e extensão rural, PR MCR.) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 95,85% das propriedades agrícolas possuem menos de 50 ha.

Consideramos a agricultura familiar como um conjunto de políticas que procura encontrar na agricultura solução para o problema de pobreza rural. É, assim, condição básica das políticas para a agricultura familiar que exista solução agrícola para sua renda baixa.

A agricultura “familiar” disputa mercado com a “comercial”. A disputa se dá nas dimensões interna e internacional. É nesses mercados que a agricultura familiar buscará novas oportunidades de renda. Os mercados de elevado poder de compra são os que mais bem pagam, por isso muito exigente em qualidade e para atender a este mercado, máquinas e equipamentos adequados são indispensáveis ao atendimento dessas exigências de produção.

A agricultura “comercial” se fortaleceu com a introdução da soja na década de 1960, para isso foi desenvolvida toda uma estrutura industrial e comercial baseada na produção e exportação de soja que modificou profundamente o município como também toda a região.

A soja desempenhou importante papel na expansão da fronteira agrícola do Brasil, por levar as tecnologias de produção a essas novas áreas. Devido a sua rusticidade, a soja desenvolve-se em condições desfavoráveis comparativamente às demais culturas, e oferece, após a colheita, matéria orgânica de alta qualidade, viabilizando técnica e economicamente culturas como o milho, o trigo e as pastagens. Além disso, seu retorno econômico movimenta a economia local e regional viabilizando a instalação do comércio, do setor de serviços, da agroindústria, e com isso aumentando a oferta de empregos. Como os municípios menores têm a vida econômica umbilicalmente ligada ao campo e o seu nível de automação geralmente é muito menos intenso, assim o crescimento da agricultura contribui para o aumento dos empregos urbanos.

¹⁷ A agricultura brasileira tem sido costumeiramente subdividida de acordo com características sócio-econômicas e tecnológicas. Ao longo do tempo tem-se distinguido a agricultura de subsistência, agricultura de baixa renda da agricultura comercial ou empresarial. Mais recentemente a dicotomia passou a caracterizar-se em termos de agricultura familiar e patronal. No caso da agricultura familiar, tem sido dito que ela é um estilo de vida, que escapa aos critérios de eficiência. Para Abramovay (2000, p. 3), a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém, contar com até cinco trabalhadores temporários. Já a agricultura patronal (comercial) pode contar com empregados permanentes e/ou temporários. Para o INCRA (2000), a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Os fornecedores de máquinas e equipamentos agrícolas, as empresas de armazenamento e de prestação de serviços, enfim, todos os negócios dependentes da produção rural (soja, milho, criação de animais, etc.) são responsáveis pela maior parte do PIB (Produto Interno Bruto) desta região.

Logo, a mecanização da agricultura, que é indispensável à sua modernização, amplia, no conjunto cidade/campo, o número de empregos. Ainda como se trata de indústria e de serviços menos sofisticados, não há barreiras intransponíveis ao emprego do trabalhador rural deslocado pela mecanização.

Atualmente, a produção de soja ainda é tão significativa que ela representa 55% do conjunto da produção agrícola do município para a safra de verão (EMATER). Mas, apesar da estrutura produtiva da soja ter proporcionado um “progresso” econômico para a região, gerando empregos e proporcionado serviços públicos em função de uma maior arrecadação de impostos.

As novas tecnologias, introduzidas com a “modernização” da agricultura, têm provocado o aumento dos custos de produção na agricultura, transformando os agricultores em consumidores de insumos fornecidos pelas indústrias de produtos agroquímicos.

A evolução tecnológica da soja no Brasil foi fortemente amparada pelo desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram o aumento da área de cultivo, mantendo-se a produtividade estabilizada ou com pequeno aumento.

Com a estabilização da área, verificou-se aumento significativo de produtividade, devido à utilização de novas tecnologias. Além de cultivares adaptadas às diversas regiões produtoras, tecnologias geradas pelas mais diversas áreas de pesquisa contribuíram para que essas cultivares pudesse mostrar seu potencial produtivo.

O município teve e ainda tem na soja sua principal cultura, mesmo sendo esta menor em volume de produção que o milho, no entanto, como seu preço é balizado pelo mercado externo tendo sua cotação determinada em dólar pela Bolsa de Chicago (CBOT), torna-se referência de moeda para os eventuais contratos realizados no âmbito rural e em menor escala no urbano.

A tabela 02 representa a produção média das principais culturas do município de 1997 a 2008, segundo dados fornecidos pela EMATER:

Esta tabela demonstra que a produção média anual do milho é maior que a da soja, isto ocorre pelo fato de que o milho é cultivado tanto no verão como no inverno, por isso esta maior produção é confirmada na tabela.

Tabela 2. Média da produção agrícola em kg por hectare (1995 a 2008).

Produto	Safra	Numero de produtores	Área em hectare.	Produção em kg por hectare	Total produção em kg.
Soja	Verão ¹⁸	2.000	25.700	2.563	65.869,100
Milho	Verão	800	5.000	5.236	26.180,000
Milho	Safrinha ¹⁹	2.000	23.000	3.100	71.300,000
Trigo	Safrinha	190	2.500	1.787	4.467,000
Mandioca	Anual	1.800	4.000	26.280	10.512,000

Fonte: EMATER, MCR. Org.: Ferrari, Walter Junior. 2008.

No entanto, se considerarmos o fator preço dos produtos, a soja (mesmo com menor produção) ultrapassa o milho, levando em consideração que o preço do milho manteve a média de R\$ 17,35²⁰ a saca de 60 kg no ano 2008 (SEAB/DERAL) e a soja a média de R\$ 42,58²¹ a saca de 60 kg no ano de 2008 (COPAGRIL).

Para uma comparação de valores entre os dois produtos, a soja somaria um valor aproximado de R\$ 46.745.103,00 para uma produção de 65.869 toneladas anuais e o milho mesmo considerando a produção de 97.480 toneladas anuais da safra de verão e da safrinha a soma chegaria a R\$ 28.187.965,00. Estes valores da produção do campo geram tributos para o município correspondente a 1/3 da arrecadação dos impostos, a indústria, o comércio, o setor de serviços e os tributos municipais respondem pelos outros 2/3 da arrecadação (Secretaria municipal da fazenda, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ: Demonstrativo dos recursos recebidos a qualquer titulo, 2008).

Com a soma dos tributos, Marechal Cândido Rondon possui uma arrecadação média anual de R\$ 50.000.000,00, e com um PIB que ultrapassa a casa dos R\$ 100.000.000,00 (Secretaria da fazenda municipal) e ainda recebe o repasse dos Royalties da Itaipu²², com valores aproximado

¹⁸ A primeira safra ou “Safra de Verão”: o plantio é realizado na época tradicional, durante o período chuvoso, que vai de fins de agosto, na região Sul, até outubro e novembro, no Sudeste e Centro-Oeste.

¹⁹ A segunda safra ou “Safrinha”: o plantio é realizado de janeiro a abril, normalmente após a soja precoce e, em alguns locais, após o milho de verão e o feijão das águas. O milho da Safrinha não tem um período pré-fixado para seu plantio, como ocorre com o milho da safra de verão.

Fonte: (www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias=1097pagina=1), acessado em 24/08/2009.

²⁰ O preço da saca (60 kg) de milho de R\$ 17,35, é a média do praticado no mercado paranaense no ano de 2008. Fonte: SEAB/DERAL – PR/SISMA.

²¹ O preço da saca (60 kg) de soja de R\$ 42,58, é a média calculada sobre o preço de venda do produto praticado pela COPAGRIL durante o ano de 2008, conforme demonstra a tabela 03, p.81.

²² Os royalties são pagos todos os meses ao governo brasileiro e paraguaio pela Itaipu, desde que a mesma começou a comercializar energia, em maio de 1985, conforme previa o tratado de Itaipu, assinado em 30 de agosto de 1973. No Paraguai, os recursos dos royalties são repassados integralmente ao Tesouro Nacional. No Brasil, o Tesouro Nacional recebeu inteiramente os royalties da Itaipu até 11 de janeiro de 1991, quando entrou em vigor a Lei dos Royalties, que discrimina a distribuição de royalties entre Estados, Municípios e a União. De acordo com a Lei dos Royalties, a distribuição da compensação financeira é feita da seguinte forma: 45% aos Estados 45% aos Municípios

de US\$ 2.817.319,00, anuais como indenização pela perda de 56.04Km² de sua extensão territorial com o represamento do Rio Paraná para a formação do lago de Itaipu.

Com a mecanização da agricultura e a evolução de técnicas de plantio e a implementação de infra-estrutura, surgiram as cooperativas e agroindústrias e isso fez com que houvesse também uma melhoria sensível em algumas cidades da região Oeste do Paraná e Marechal Candido Rondon foi um dos municípios em que a economia acompanhou este “desenvolvimento”.

Tal “desenvolvimento” teve reflexo direto no mercado imobiliário que se expandiu e conseqüentemente ocorreu uma “valorização” dos imóveis urbanos (proporcionando um aumento significativo no preço dos imóveis) em decorrência dos melhores ganhos dos produtores, decorrente do aumento de produtividade e conseqüentemente o aumento da produção e também pelo aumento do preço do *commodities*²³ no mercado internacional (principalmente a soja). A tabela 03 mostra a evolução do preço²⁴ da soja a partir de 1995 até o ano de 2008²⁵.

Observando a tabela 3 (abaixo), pode-se concluir que ao longo de 14 anos (1995/2008) o preço da soja sofre variações com tendência de alta principalmente nos últimos anos e isso reflete na economia local através do comércio, serviços e também no mercado imobiliário.

No entanto, ao observar a tabela pode-se verificar que durante os anos de 2002, 2003 e 2004 os preços da soja apresentaram um aumento significativo, mantendo a média de R\$ 35,33 durante os três anos, e isso provocou, em nossa análise, um aumento exagerado nos preços de imóveis principalmente nos preços de lotes vazios.

e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Da parcela reservada a Estados e municípios, 85% do valor repassado é pago a unidades federativas diretamente afetadas pelo reservatório da usina e os 15% restantes são distribuídos entre Estados e municípios afetados por reservatórios a montante da usina, que contribuem para o incremento de energia nela produzida. A mudança da legislação beneficiou 15 municípios paranaenses e o governo do Paraná, os principais atingidos pelo alagamento de terras para a formação do reservatório, além de Mundo Novo (MS). Fonte: www.itaipu.gov.br/

²³ *Commodity* é um termo de língua inglesa que, como o seu plural *commodities*, significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Usada como referencia aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos “in natura”, cultivados ou de extração mineral, podem se estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. O que torna os produtos de base muito importantes na economia é o fato de que, embora, sejam mercadorias primárias, possuem cotação e “negociabilidade” globais, portanto, as oscilações nas cotações destes produtos de base têm impacto significativo nos fluxos financeiros mundiais, podendo causar perdas à agentes econômicos e até mesmo a países. O mercado de derivativos surgiu como uma proteção aos agentes econômicos contra perdas provocadas pela volatilidade nas cotações dos produtos de base. Fonte: wikipedia.org/wik/commodities.htm.

²⁴ Os valores demonstrados na tabela 3 estão expostos em Reais e é o preço médio mensal de venda da saca de soja efetuada pelo produtor (COPAGRIL, 2008).

²⁵ Para demonstrar como o mercado da soja se comportou optou-se pelo período de 1995/2008, pelo fato de que em 1995 a economia brasileira já apresentava certa estabilidade com o Real e com o sistema cambial estável.

Tabela 3. Variação do preço da soja pago ao produtor em Marechal Cândido Rondon, média mensal de 1995 a 2008 (em Reais)

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1995	10,18	9,87	8,22	8,25	7,90	8,00	9,24	10,01	10,11	10,74	11,50	11,80
1996	13,17	12,91	11,63	12,35	13,08	12,83	12,86	13,35	15,54	15,77	15,80	15,80
1997	15,13	14,49	14,88	15,62	15,52	15,31	14,40	15,61	16,87	17,20	17,20	17,48
1998	16,23	14,78	13,00	12,40	12,43	12,20	12,14	11,80	11,80	12,05	12,04	12,80
1999	13,08	16,08	15,69	13,83	13,68	14,02	13,94	15,78	17,69	18,72	19,06	18,42
2000	18,16	18,13	16,91	16,77	17,05	16,42	15,55	15,41	16,05	16,60	17,14	18,68
2001	18,30	16,62	15,85	15,80	16,66	18,87	22,04	23,68	25,27	26,18	26,47	24,93
2002	24,00	21,33	19,08	19,91	22,12	25,86	29,13	32,00	37,88	42,09	42,25	44,75
2003	41,14	41,40	37,45	34,49	33,34	34,89	32,11	32,37	35,67	41,28	43,81	42,29
2004	42,59	42,87	48,22	47,43	45,06	40,05	36,16	36,64	34,69	30,99	29,33	28,76
2005	29,12	29,95	32,09	29,08	27,77	29,73	29,04	27,50	25,55	24,48	23,98	25,55
2006	26,20	25,76	23,10	22,04	23,53	24,46	24,25	23,86	24,53	26,95	29,50	28,69
2007	29,07	29,48	28,59	27,02	26,90	27,24	27,85	30,43	34,14	35,36	38,11	40,47
2008	42,51	45,11	43,79	41,25	40,72	45,39	45,85	40,64	41,45	40,30	41,00	43,00

Fonte: COPAGRIL, 2008. Org. Ferrari, Walter Junior, 2008.

Por se tratar de uma região que tem sua base econômica assentada no agronegócio (soja como principal produto) o mercado de terras acompanha a dinâmica da produção agrícola.

Nesta perspectiva, o mercado imobiliário tende a se reformular (através de financiamentos próprios) para atender este segmento que ora necessita participar deste mercado, através da compra de um lote para construção da moradia. Isso contribui de alguma forma para a “valorização” dos lotes, de maneira que a demanda aumenta e a tendência é o preço dos lotes aumentarem.

Este fato foi confirmado por meio dos questionários aplicados nas empresas imobiliárias que atribuem ao preço da soja e à grande produtividade da mesma neste período a justificativa para os aumentos verificados no decorrer dos três anos já citados. Estes aumentos do preço da soja refletiram de forma imediata nos preços dos imóveis em Marechal Cândido Rondon, devido ao fato de que os agricultores têm por prática “investir” parte dos lucros da safra em imóveis²⁶, (preferencialmente em lotes).

Esta prática reflete diretamente na economia local movimentando o setor imobiliário, contribuindo para a expansão territorial da cidade e o aumento dos preços destes imóveis. Durante as décadas de 1970, 1980 e parte de 1990, o preço da soja foi utilizado como referência para determinar o preço da terra – urbana ou rural – para as transações comerciais e financeiras.

²⁶ Este fato será demonstrado de forma mais abrangente no Capítulo IV desta dissertação.

Os valores dos contratos eram realizados e determinados em sacas de soja, prática que segundo as empresas imobiliárias é utilizada ainda hoje para transações com imóveis rurais e com menor intensidade para imóveis urbanos.

Assim, para explicar a “valorização” dos imóveis (construídos e vazios), os corretores imobiliários, em seus relatos, apontam alguns fatores que seriam responsáveis pela alta de preços dos imóveis verificados a partir de 2000:

Houve após o ano de 2000, várias exigências a mais, relacionadas à infraestrutura de novos loteamentos. Fez-se necessário a instalação de rede de galeria pluvial, meio fio, logo depois, era necessário recobrimento de pedra irregular ou asfalto. Além destas exigências por parte da prefeitura; o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, também começou a exigir a área verde (percentual de 20% da área loteada) e mais reserva permanente. E recentemente o IAP, também exige a construção do dissipador da rede de galeria pluvial, caso não existir. Todos estes fatores foram somados aos custos na instalação dos novos loteamentos. Os preços se elevaram e com isso áreas próximas automaticamente se igualaram aos valores praticados nos novos loteamentos. Outro fator que valorizou os imóveis foi o aumento sazonal da soja, em conjunto com o aumento do dólar, a procura por imóveis pelos agricultores residentes no Paraguai e também da região, isto gerou mais dinheiro no mercado, conseqüentemente refletiu na procura e aquisição por imóveis. Também o crescimento da cidade, o aumento da industrialização e o êxodo rural contribuíram nesta valorização. (Corretor Imobiliário, 2008)

A alta do preço e o aumento da produção da soja (devido a boas safras colhidas pelos agricultores) nos anos de 2000 a 2004 permitiram a capitalização de agricultores que passaram a investir no mercado imobiliário. Neste período, estes agricultores foram os grandes compradores de imóveis na sede do município, pois a safra abundante e o alto preço do produto (soja) no Paraguai e na região aqueceram o mercado imobiliário na cidade de Marechal Cândido Rondon, fazendo com que os preços de imóveis urbanos se elevassem de forma extraordinária.

Um exemplo deste aumento pode ser constatado verificando o preço de um lote vazio no loteamento Augusto II²⁷, que em 2000 era vendido por R\$ 3.500,00 em média. Se considerarmos o preço da soja nesse ano, que manteve a média de R\$ 12,80 a saca de 60 kg, teríamos que utilizar 273 sacas para comprar um lote urbano. Já em 2004 o preço da soja estava em média R\$ 38,56 a saca de 60 kg, portanto seriam necessárias 466 sacas de soja para se comprar este mesmo lote, pois o mesmo estava sendo vendido por aproximadamente R\$ 18.000,00. Em 2008 o preço

²⁷ O loteamento Augusto II (loteado pelo Sr. Augusto Tomm, proprietário da área) está localizado na região Norte da cidade e foi executado em 26/01/1998 com área total de 111.431,61 m², com 13 quadras divididas em 325 lotes.

da saca de soja manteve a média de R\$ 42,58, portanto, seriam necessárias 587 sacas de soja para se comprar este mesmo lote, sendo que o preço do lote mais “barato” atualmente está em torno dos R\$ 25.000,00.

Estes preços da terra urbana se comparados com os preços de terra rural podem ser considerados exagerados pelo fato de que um hectare²⁸ de terra rural é negociado em média por 516 sacas de soja (1250 sacas de soja por alqueire), ou seja, em valores de 2008, um hectare de terra custaria R\$ 21.971,00. Considerando que em um hectare, reservando-se 35% para infraestrutura e área pública e 20% de reserva legal (Área verde), é possível se obter doze lotes urbanos com área média de 400 m².

Ao considerarmos este exemplo podemos constatar que houve um aumento significativo no preço dos lotes urbanos nestes dez anos (1998/2008) em moeda corrente e também em comparação ao preço da saca de soja, tendo em vista que em 1998 eram necessárias 273 sacas e em 2008 já são necessárias 587 sacas, para se comprar o mesmo lote.

No entanto, o que se constata é que os preços da soja serviram de base de cálculo num patamar máximo do preço que alcançou o valor de R\$ 48,22 em março de 2004, porém após esta alta os preços dos imóveis se mantiveram nos preços ajustados por este valor. Porém verificou-se a queda no preço da soja depois deste período, mas o mesmo não ocorreu com o preço dos imóveis.

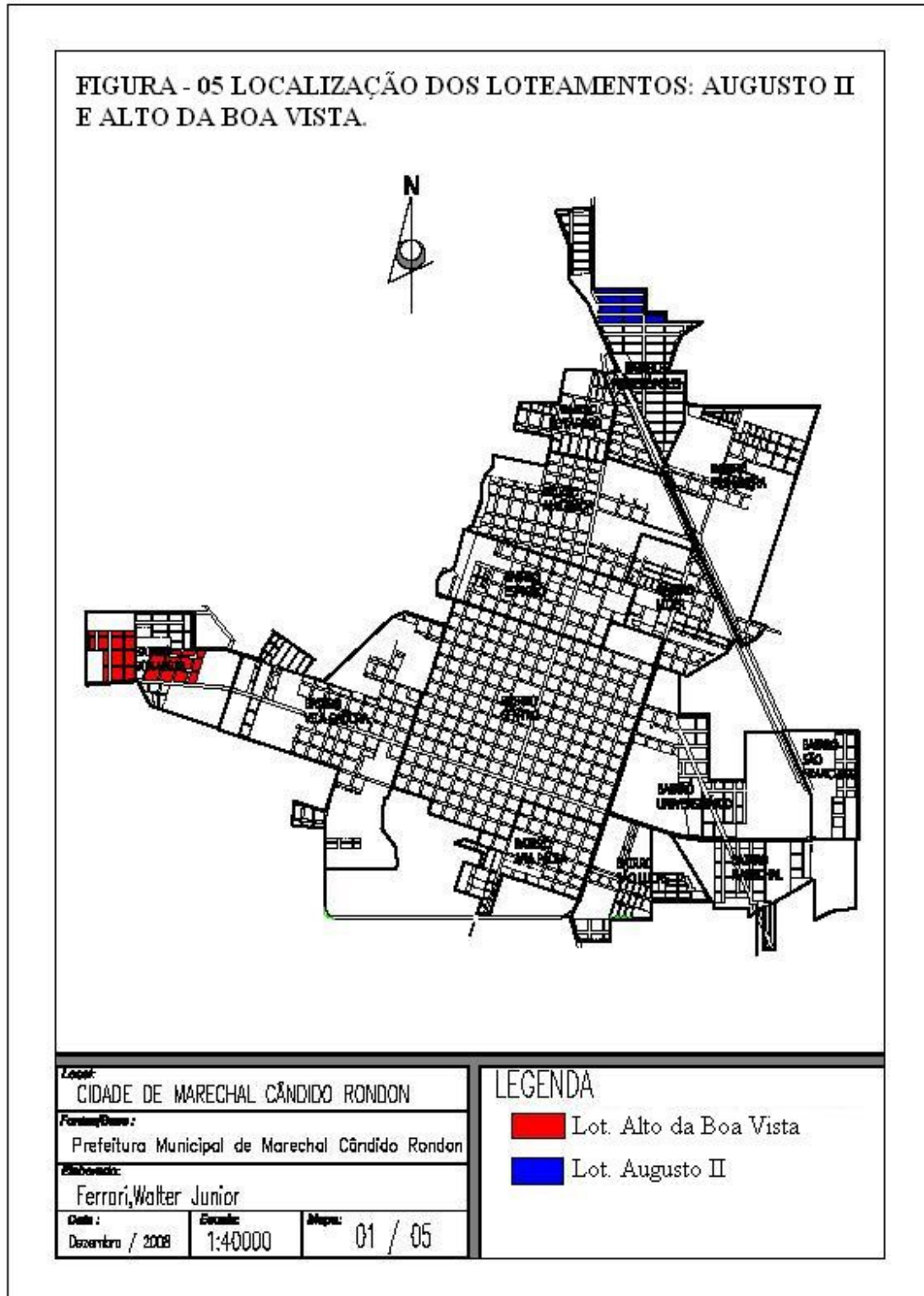
Para os novos loteamentos - demonstrados na **FIGURA 05** - como: Residencial Alto da Boa vista e Residencial Vale Verde²⁹, que surgiram em 2005, os preços já iniciavam as vendas em torno dos R\$ 30.000,00. Estes preços refletem diretamente nos preços dos imóveis ao redor destes loteamentos e também nos preços dos imóveis construídos e, por conseguinte dificultando ainda mais a compra de um imóvel, por grande parte da população que não possui uma moradia.

Para os anos de 2007 e 2008, parte da comercialização de imóveis construídos (casas) segundo indicação das imobiliárias, foi atrelada aos financiamentos da Caixa Econômica Federal, que facilitou o financiamento da casa própria proporcionando a aquisição de imóveis por uma parcela da população com renda mais baixa.

²⁸ Hectare é uma medida usada para se definir o tamanho de uma área de terra **rural** – um hectare equivale a 10.000 m².

²⁹ Estes dois loteamentos – Boa Vista e Vale Verde – (loteados por Cacilda Siper Port) estão localizados na região Oeste da cidade próximos a Agro Industrial Avícola Copagril (frigorífico da Copagril) saída para Foz do Iguaçu, executado em 18/03/2005, com área total de 96.504 m², com 13 quadras divididas em 197 lotes.

FIGURA 5. LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS AUGUSTO II E ALTO DA BOA VISTA.



Com o mercado sendo impulsionado pelos financiamentos para aquisição da casa própria, os proprietários que vendem os imóveis (casas ou apartamentos), voltam a aplicar o dinheiro na compra de lotes vazios para posterior construção de uma nova casa ou apenas como “investimento” e, com isso, o ciclo especulativo prossegue.

Este é um fator importante e que alimenta a expansão dos loteamentos ao entorno da cidade e conseqüentemente a especulação, indicando que a acumulação capitalista na expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon ocorre por meio da obtenção de renda pelos proprietários, ou seja, é evidente a existência de um capital rentista.

3.3 - ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA POPULACIONAL.

A propósito da Região Oeste paranaense, viu-se que ela passou a ser sistematicamente ocupada apenas a partir de meados do século XX. Além disso, caracterizada, de um modo geral, como uma região marcadamente dependente das atividades agropecuárias, ela apresenta grandes extensões territoriais, principalmente dedicadas ao cultivo de grãos ou à criação de animais.

Todavia, é um espaço dinâmico do ponto de vista social e econômico, notadamente acolhido pelos novos conteúdos do meio técnico-científico-informacional (SANTOS 1994), o que confere ao meio urbano, certa intensidade relacional, tanto no sentido urbano-rural, e vice-versa, quanto urbano – urbano.

A dinâmica populacional comporta inúmeros movimentos determinados por mecanismos que atraem e que expulsam pessoas ou famílias. Provocam alterações, na maioria das vezes, de grande importância na conformação do espaço, na distribuição e na apropriação de bens e serviços, de tal forma que a sua observância é fundamental para a definição das políticas públicas.

O município de Marechal Cândido Rondon apresenta peculiaridades que podem ser mais bem entendidas se comparadas com os municípios da microrregião de Toledo e ao estado do Paraná. Relacionada à evolução da ocupação do território, a região é marcada atualmente por taxas de crescimento populacionais relativamente baixas e até negativas, porém com concentrações urbanas crescentes. Segundo Reolon (2007);

Entre 1980 e 1991, o IBGE não registrou município algum, situado na Mesorregião Oeste Paranaense, onde a taxa de crescimento anual da população rural tivesse sido positiva. Aliás, 72,22% dos 36 municípios existentes em 1991 conheceram taxas de crescimento anual negativas inclusive no que concerne à sua população total. Entre 1991 e 2000 esta situação pouco se alterou: apenas três municípios tiveram incremento da taxa geométrica de crescimento de sua população rural, ao passo que em 56% dos 50 municípios existentes em 2000 a taxa de crescimento da população total também foi negativa. (REOLON, 2007, p. 97).

Há possibilidade de redução da população nas áreas rurais devido ao processo de urbanização e taxa de crescimento total negativa para 2010 e 2020, de acordo com projeções oficiais (IPARDES, 2008).

A população rural como capital social importante, a baixa densidade habitacional e o grau de “urbanização” de Marechal Cândido Rondon evidenciam possibilidades de escolha de um “desenho” urbano mais favorável à manutenção da qualidade de vida, apesar da apropriação desigual da renda. Os 20% mais pobres apropriam-se de apenas 3,3% da renda, enquanto os 20% mais ricos, de 61,5%. O fato de o IDH do município ser de 0,829 no ano 2000, segundo o IBGE, colocando-o, assim, em oitava posição no estado do Paraná, chega a ser contraditório, se levada em consideração a distribuição de renda mostrada anteriormente.

O município possui uma população de 44.562 habitantes, com 748 Km² de extensão territorial. Sua sede municipal abrange 28,7% da área total do município, enquanto os distritos abrangem 71,3% desta extensão territorial (IBGE, 2007). A área urbana centraliza 78,2% da população municipal, concentrada na cidade e nas áreas urbanas distritais, enquanto que a área rural reúne apenas 21,8% desta população. O crescimento populacional do município é de aproximadamente 2% ao ano, cerca de 2% da área total do município e 7% da área da sede municipal são urbanizadas (IBGE, 2007). A quantidade de população e a área total do município já sofreram muitas alterações, conforme demonstrado na Tabela 04.

Tabela 4. Evolução da população rural e urbana de Marechal Cândido Rondon.

População	1970	1980	1990	1996 ³⁰	2000	2007
Urbana	7.166	25.039	26.455	22.616	31.246	35.451
Rural	36.610	31.171	22.975	14.894	9.761	9.111
Total	43.776	56.210	49.430	37.510	41.007	44.562

Fonte: IBGE³¹. Org. Ferrari, Walter Junior 2008.

³⁰ Em 1993 quatro municípios foram desmembrados do município de Marechal Cândido Rondon o que explica parcialmente a queda total da população observada em 1996.

³¹ Dados dos Censos demográfico do IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996 e 2007.

As variações ocorreram de acordo com os períodos históricos e pelas diferentes situações que o município enfrentou. Entre estas, podem-se mencionar a evolução da população municipal, paralela ao crescimento econômico do município; e a perda de parte do território municipal, primeiro com o represamento do Rio Paraná para o funcionamento da usina hidrelétrica de Itaipu, em 1982 e, em seguida, com a emancipação política de quatro distritos do município em 1993, demonstrado na **FIGURA 06**. Mesmo com todas as variações que ocorreram ao longo do tempo observa-se que a população cresceu 9% de 1996 até 2000 e mais 8,7% até 2007, portanto houve um aumento significativo de população.

Ainda que caracterizado como um município de economia baseada na agricultura, agropecuária e agroindústria, a maior concentração populacional 78,2% está na área urbana do município. Pelas características da região e de sua colonização a soja teve investimento maciço (seja estatal ou privado), já que este produto é a base da exportação do agro negócio e seu preço não depende do mercado interno, por isso, a cultura da soja assume um papel importante na economia local. Se a produção é “boa” a economia local também terá um bom desempenho, caso contrário, a economia local sente os efeitos e fica estagnada por certo período (algumas vezes até uma próxima safra).

Para que a expansão do território urbano ocorra, torna-se necessário que haja um mercado que ofereça as condições favoráveis, e isso só é possível com a intervenção do Estado (legalizando) e os incorporadores que executam os loteamentos (oferece a mercadoria), formando-se assim uma corrente especulativa com o solo urbano.

Este mercado que determina o preço da terra (agrícola e urbana) em Marechal Candido Rondon sofre influência direta da agricultura pelo fato de que as transações realizadas envolvendo esta mercadoria (terra), quase sempre têm seu preço atrelado ao preço da soja (produto este utilizado como parâmetro nas mais variadas transações comerciais).

Tentamos, com este capítulo, historicizar o processo de criação e desenvolvimento do município destacando uma das principais atividades sócio-econômicas (cultura da soja), com vistas também ao próximo tema. Portanto, trataremos, no próximo capítulo, da expansão urbana do município e a participação do Estado neste “empreendimento”.

Ainda, procuraremos demonstrar como os agricultores, diversificando suas atividades tradicionais, ou seja, aquelas ligadas essencialmente ao campo atuaram – e atuam – como especuladores com imóveis urbanos.

FIGURA 6. DISTRITOS DESMEMBRADOS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON EM 1993.

